



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 129/2016-GP/RH/CCM

O Presidente da Câmara Municipal de Mossoró, no uso de suas atribuições legais e com fulcro nos arts. 26 inciso VII, alínea "a", 31, inciso II "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor KENNEDY SALVADOR DE OLIVEIRA para ocupar o cargo de PROCURADOR GERAL (PG) do quadro de pessoal deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,

Mossoró – RN, 26 de dezembro de 2016.

JÓRIO RÉGIS NOGUEIRA

PRESIDENTE

Publicado por:  
ADMINISTRADOR  
Código Identificador: 72066C64

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

### GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 1076/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Mossoró, e nos termos da Lei Complementar nº 060, de 9 de dezembro de 2011 e da Lei Complementar nº 061, de 9 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE PAIVA do Cargo em Comissão de Gerente Executivo Geral, Símbolo GEX, com lotação na Secretária Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 27 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 48EB920E

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.514, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Rua Luis Vitorino Filho a Rua Projetada T, localizada no Loteamento Ouro Negro III, Bairro Alto do Sumaré, que tem início no Lote 07 da quadra 52 e término no Lote 17 da quadra 18, zona urbana de Mossoró, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Luis Vitorino Filho a Rua Projetada T, localizada no Loteamento Ouro Negro III, Bairro Alto do Sumaré, que tem início no Lote 07 da quadra 52 e término no Lote 17 da quadra 18, área urbana do Município de Mossoró.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 5B842201

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.515, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Rua Paulo Ricardo dos Santos Gomes a Rua Projetada 26 no Loteamento Ouro Negro I, Bairro Alto do Sumaré, que tem início no Lote 12 da Quadra 48 e término no Lote 14 da Quadra 24 na cidade de Mossoró.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Paulo Ricardo dos Santos Gomes a Rua Projetada 26 no Loteamento Ouro Negro I, Bairro Alto do Sumaré, que tem início no Lote 12 da Quadra 48 e término no Lote 14 da Quadra 24 na cidade de Mossoró.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 485223EC

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.516, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Rua Francisco Faustino da Silva (Sabóia), a Rua Projetada L, que tem início na Rua Projetada O e término na Rua Projetada P, localizada no Loteamento Gurilândia II, Bairro Santa Júlia, Área Urbana do Município de Mossoró e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Francisco Faustino da Silva (Sabóia), a Rua Projetada L, que tem início na Rua Projetada O e término na Rua Projetada P, localizada no Loteamento Gurilândia II, Bairro Santa Júlia, Área Urbana do Município de Mossoró.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições existentes em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 6A9D0C50

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.517, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Rua Francisco Mauro da Silva a Rua Projetada que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Francisco Mauro da Silva, a Rua Projetada 01, sem denominação oficial, localizada na Agro Vila Pomar (Maísa), que tem início no Lote 01 e término na Rua Projetada 33, Zona Rural de nossa Cidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 42E800BA

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.518, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Rua São Francisco a Rua Projetada que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua São Francisco, a Rua Projetada 54, sem denominação oficial, localizada na Agro Vila Pomar (Maísa), que tem início na Avenida Projetada 03 e término na Rua Projetada 17, Zona Rural de nossa Cidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 4F043548

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.519, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Avenida Acerola a Rua Projetada que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Avenida Acerola, a Avenida Projetada 01, sem denominação oficial, localizada na Agro Vila Pomar (Maísa), que tem início na Avenida Projetada 03 e término em terreno, Zona Rural de nossa Cidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 6D65D4E3

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.520, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Rua Francisco Edmilson Varela Silva a Rua Projetada que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Francisco Edmilson Varela Silva, a Rua Projetada 10, sem denominação oficial, localizada no Assentamento Paulo Freire (Maísa), que tem início na Rua Projetada 34 e término na Rua Projetada 46, Zona Rural de nossa Cidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 56DE165E

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.521, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Rua Núbia Sousa da Costa, a Rua Projetada H, localizada no Loteamento Gurilândia II, que tem início na Rua Projetada N e término na Rua Projetada P, Zona Urbana do Município de Mossoró, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Denomina de Rua Núbia Sousa da Costa, a Rua Projetada H, localizada no Loteamento Gurilândia II, que tem início na Rua Projetada N e término na Rua Projetada P, Zona Urbana do Município de Mossoró.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições existentes em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 61EAB01F

### GABINETE DO PREFEITO LEI ORDINÁRIA Nº 3.522, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Denomina de Rua Carlos Mastrângelo Bezerra, a Rua Projetada 31, localizada no Loteamento Dix-huit Rosado, que tem início na

Rua Projetada 14 e término na Rua Projetada 44, Zona Rural Riacho Grande do Município de Mossoró, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Denomina de Rua Carlos Mastrângelo Bezerra, a Rua Projetada 31, localizada no Loteamento Dix-huit Rosado, que tem início na Rua Projetada 14 e término na Rua Projetada 44, Zona Rural Riacho Grande do Município de Mossoró.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições existentes em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 6F7ECB63

**GABINETE DO PREFEITO  
LEI ORDINÁRIA Nº 3.523, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016**

Denomina de Rua Seu Xisto, a Rua Projetada 30, localizada no Loteamento Dix-huit Rosado, que tem início na Rua Projetada 14 e término na Rua Projetada 44, Zona Rural Riacho Grande do Município de Mossoró, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Denomina de Rua Seu Xisto, a Rua Projetada 30, localizada no Loteamento Dix-huit Rosado, que tem início na Rua Projetada 14 e término na Rua Projetada 44, Zona Rural Riacho Grande do Município de Mossoró.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições existentes em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 72BEF525

**GABINETE DO PREFEITO  
LEI ORDINÁRIA Nº 3.524, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016**

Denomina de Rua Dona Basta de Melo, a Rua Projetada 32, localizada no Loteamento Dix-huit Rosado, que tem início na Rua Projetada 14 e término na Avenida Projetada 01, Zona Rural Riacho Grande do Município de Mossoró, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOSSORÓ,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Denomina de Rua Dona Basta de Melo, a Rua Projetada 32, localizada no Loteamento Dix-huit Rosado, que tem início na Rua Projetada 14 e término na Avenida Projetada 01, Zona Rural Riacho Grande do Município de Mossoró.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições existentes em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR

Prefeito

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 72927BD5

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 026/2016 – SEMECE/GS**

Desvincula Escola Municipal São Romão do Núcleo de Educação Rural Professora Neci Campos.

A Secretária Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais, e com o fulcro no Art 25 da Lei Complementar Nº 126/2016, Lei que rege a Organização Administrativa da Prefeitura Municipal.

CONSIDERANDO a Lei nº 1825, de 29 de agosto de 2003, que institui o Sistema de Nucleação do Ensino na Zona Rural do Município de Mossoró, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Ofício nº41/2016 da Escola Municipal São

Romão pertencente ao Núcleo de Educação Rural Professora Neci Campos,

CONSIDERANDO o Termo de Homologação do Conselho Escolar do Núcleo de Educação Rural Professora Neci Campos,

CONSIDERANDO os dados do Educacenso – 2016,

RESOLVE

Art 1º Desvincular administrativamente e pedagogicamente a Escola Municipal São Romão até então pertencente ao Núcleo de Educação Rural Professora Neci Campos.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - REGISTRE-SE E CUMPRASE.

Mossoró, 27 de dezembro de 2016.

Francisca Glaudionora da Silveira

Secretária Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer

Publicado por:  
LUIZ ANTONIO COSTA REIS  
Código Identificador: 4153D94A

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1342/2016, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretária, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 10-1997/2002, ao (a) servidor (a) IRANI GOMES PEREIRA MARINHO, matrícula nº. 5923-5, ocupante do cargo de AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS, lotado (a) no (a) SEFAZ - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 03/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 08 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 5F07ACD3

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1343/2016, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretária, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 04-2004/2009, ao (a) servidor (a) ALEXANDRO MOREIRA DE SOUSA, matrícula nº. 9976-7, ocupante do cargo de AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS, lotado (a) no (a) SEFAZ - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 03/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 08 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 745E4794

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1554/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo

qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretária, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 02-1989/1994, ao (a) servidor (a) MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA, matrícula nº. 5284-2, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com prazo de vigência de 19/12/2016 a 19/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 14 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 578A409B

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1555/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretária, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 06 (seis) meses, referente ao período aquisitivo de 02/1989/1999, ao (a) servidor (a) RITA DE FATIMA COSTA, matrícula nº. 5675-1, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotado (a) no (a) U.E.I. MARIA SALEM DUARTE, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 29/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 14 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 62FED391

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1567/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretária, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 08-2011/2016, ao (a) servidor (a) EMANOELLA DELFINO FIGUEIREDO REINALDO, matrícula nº. 14.176-3, ocupante do cargo de FISCAL DE CONTROLE AMBIENTAL E URBANÍSTICO, lotado (a) no (a) SEMAU - SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, com prazo de vigência de 07/01/2017 a 07/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 661C59A2

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1568/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas



alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 01-2010/2015, ao (a) servidor (a) MARIA DO SOCORRO SOARES, matrícula nº. 13.801-0, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - HOSPITAL M. SAO CAMILO DE LELLIS, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 412B097

**PORTARIA Nº 1574/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 04-2002/2007, ao (a) servidor (a) RAIMUNDO MARCOLINO DA SILVA, matrícula nº. 3237-2, ocupante do cargo de GUARDA CIVIL MUNICIPAL, lotado (a) no (a) SESEM - SEC. M. SEG. PUBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE U. E TRANSITO

SESEM - SEC. M. SEG. PUB, com prazo de vigência de 02/01/2017 a 02/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 5804F632

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1575/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 02-2007/2012, ao (a) servidor (a) MARIA ARLEIDE MARQUES, matrícula nº. 11.235-6, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - U.B.S. DR. ILDONE CAVALCANTE DE FREITAS, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 557CACD8

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1576/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 02-2007/2012, ao (a) servidor (a) FRANCISCA RITA DA SILVA SOUZA, matrícula nº. 11.452-9, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - U.B.S. DR. ILDONE CAVALCANTE DE FREITAS, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS

FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 07-2008/2013, ao (a) servidor (a) WELLINGTON DE CARVALHO COSTA, matrícula nº. 13.215-2, ocupante do cargo de AUDITOR, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 57C623E8

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1572/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 05-2008/2013, ao (a) servidor (a) JOANA DARC MACIEL DE MORAIS, matrícula nº. 4862-6, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotado (a) no (a) SECRETARIA M. DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - E. M. PROFESSOR MANOEL ASSIS, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 3FC2ABEA

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1573/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 05-1992/2002, ao (a) servidor (a) MARIA ELMA DA CUNHA PAIVA, matrícula nº. 5820-3, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotado (a) no (a) SECRETARIA M. DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - U.E.I - ALICE DIAS DA SILVA, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 565C52BC

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1569/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 05-2008/2013, ao (a) servidor (a) METUZEL RÔMULO LEITE FERNANDES BENTO, matrícula nº. 12.647-0, ocupante do cargo de TÉCNICO EM SANEAMENTO, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - VIGILANCIA A SAÚDE, com prazo de vigência de 31/01/2017 a 01/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 5977CBF1

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1570/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº. 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 03-2008/2013, ao (a) servidor (a) OSCAR DE LIMA OLIVEIRA, matrícula nº. 12.421-4, ocupante do cargo de MÉDICO, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - CEREST - DR. HUMBERTO MENDES, com prazo de vigência de 01/02/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
Código Identificador: 685F9C28

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 1571/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E

Código Identificador: 4D91C11B

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1577/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 10/2006/2011, ao (a) servidor (a) MARIA CELILDA ALVES, matrícula nº. 9266-5, ocupante do cargo de MERENDEIRA, lotado (a) no (a) SMDSJ - CRAS BOM JARDIM, com prazo de vigência de 01/01/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 22 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

s; mso-break-type:section-break>

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 6ADA58B4

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1578/2016 - SEMAD**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04/07/2014, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, que requer a interrupção de sua Licença Especial e, por consequência, o retorno às suas atividades profissionais,

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR, a pedido, o retorno ao trabalho, a partir de 02 de janeiro de 2017, do servidor Francisco Canindé da Silva, matrícula n.º 5193-5, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que se encontra de Licença Especial pelo período de 180 (Cento e oitenta) dias, com vigência de 01/08/2016 à 27/01/2017, conforme Portaria n.º 816/2016, de 02/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mossoró-RN, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antonio Fernandes de Oliveira

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 415B36C9

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1579/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 02/2007/2012, ao (a) servidor (a) RISOLENE VITORINO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 11517-7, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - UBS HIPOLITO, com prazo de vigência de 01/01/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 21 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 73F29064

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1580/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 02/2007/2012, ao (a) servidor (a) CICERO EDINALDO DA SILVA, matrícula nº. 11606-8, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - UBS CAIC CARNAUBAL, com prazo de vigência de 01/01/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 21 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

>

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 4D6FF4BC

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1581/2016-SEMAD**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04/07/2014, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 38, inciso V, da Lei Complementar nº 29, de 16/12/2008, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Mossoró (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - AFASTAR do vínculo laboral, a servidora Francisca de Fatima Nolasco Silveira, matrícula nº 4939-2, no cargo de Professor, lotada na Secretaria municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer - E. M. Monsenhor Mota, em razão da concessão de sua aposentadoria por tempo de Contribuição, pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), em 22/11/2016, conforme Benefício de Número 176.956.425-7, e declarar o cargo vago.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria de Administração, em Mossoró-RN, 22 de dezembro de 2016.

Marcos Antonio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 4F3A8805

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1582/2016 - SEMAD**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04/07/2014, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, que requer a interrupção de sua Licença Especial e, por consequência, o retorno às suas atividades profissionais,

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR, a pedido, o retorno ao trabalho, a partir de 23 de dezembro de 2016, da servidora Jesima Medeiros da Fonseca, matrícula n.º 5534-0, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que se encontra de Licença Especial pelo período de 90 (noventa) dias, com vigência de 24/10/2016 à 20/01/2017, conforme Portaria n.º 1053/2016, de 21/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mossoró-RN, 22 de dezembro de 2016.

Marcos Antonio Fernandes de Oliveira

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 564D0827

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1582/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 05/2007/2012, ao (a) servidor (a) ELBA CARVALHO MARTINS, matrícula nº. 5757-7, ocupante do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - UBS RAIMUNDO RENE CARLOS DE CASTRO, com prazo de vigência de 01/01/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 21 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 5C283AD0

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1584, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04/07/2014, e;

CONSIDERANDO, o requerimento firmado pela servidora abaixo identificada, mediante autorização da Previ - Mossoró, e com fundamento no art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 060, de 09/12/2011, e ainda com êgide no art. 23, alínea "I" da Lei Orgânica do Município de Mossoró, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Emenda nº 008/2008, de 16/04/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o afastamento para gozo da Licença-Maternidade à servidora NANCY BARRETO BARROS, matrícula nº 14439-8, ocupante do cargo de Médica, lotada na Secretaria M. da Saúde, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com vigência de 01/12/2016 a 29/05/2017, ficando autorizado o pagamento do Salário-Maternidade à referida servidora, durante o período de gozo de sua licença.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a data de vigência desta.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 23 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 4F4E7233

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1590/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos art. 101 e 102 da Lei Complementar nº 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 06 (seis) meses, referente ao período aquisitivo de 06/2001/2011, ao (a) servidor (a) SANDRA ALVES DE LIMA, matrícula n.º 9059-0, ocupante do cargo de MERENDEIRA, lotado (a) no (a) SECRETARIA M. DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - E.M.PAULO CAVALCANTE DE MOURA, com prazo de vigência de 01/01/2017 a 29/06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 26 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 712F22C1

(Prefeito).

**Publicado por:**  
MARIA ELIONE DE MENEZES  
**Código Identificador:** 7632092C

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1591/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor abaixo qualificado, parecer prolatado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, e com fundamento legal nos arts. 101 e 102 da Lei Complementar nº 29, de 16 de dezembro de 2008 (Estatuto do Servidor Municipal),

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Licença Especial, por tempo de serviço e assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 02/2007/2012, ao (a) servidor (a) DYEGO RODRIGO MARTINS DA SILVA VERAS, matrícula nº. 11619-0, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotado (a) no (a) SECRETARIA M. DE SAUDE - U.B.S - DR. JOSE LEAO, com prazo de vigência de 01/01/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Munic. de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 26 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio Fernandes de Queiroz

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 433952D1

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 1596, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e o que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04/07/2014, e;

CONSIDERANDO a documentação comprobatória da conclusão de curso de Pós-Graduação em Fitotecnia, apresentada pelo Agente de Trânsito e Transportes abaixo identificado, bem como o parecer da Assessoria Jurídica desta Secretaria, e nos termos estabelecidos na Lei Complementar nº. 064, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Agentes de Trânsito e Transportes do Departamento de Fiscalização de Trânsito do Município de Mossoró,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ENQUADRAR o servidor Saul de Medeiros Celestino, sob matrícula nº 13687-5, no Nível IV, do cargo de Agente de Trânsito e Transportes, com lotação na Secretaria Executiva de Mobilidade Urbana e Trânsito, do Município de Mossoró.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para que o servidor apresente a esta Secretaria, o certificado de conclusão do curso de graduação, correspondente à progressão supra, sob suspensão dos efeitos desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de Administração e Finanças, em Mossoró-RN, 28 de dezembro de 2016.

Marcos Antonio Fernandes de Queiroz

Secretário

**Publicado por:**  
FRANCISCA SONARIA BARBOSA DE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 6732ADF1

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO I**  
**EXTRATO DE ADITIVO**

Aditivo nº 02 de Aumento de Meta - Referente ao Convite nº 19/2015 - SEMSUR.

Contrato nº 91/2015, firmado em 22/07/2015.

Objeto: A realização de diagnóstico do sistema operacional de limpeza urbana, plano de gerenciamento dos resíduos sólidos para o Município de Mossoró e elaboração de projeto básico para contratação da empresa especializada para execução de serviços de limpeza urbana para o Município de Mossoró.

Valor Aditivado: R\$ 23.643,48 (vinte e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos)

Valor Global: R\$ 122.643,48 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos)

Data da Assinatura: 17/08/2016.

Contratada: M. A. ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA - ME.

Assina pela Contratada: Sérgio Bezerra Pinheiro (Sócio).

Assina pela Contratante: Francisco José Lima Silveira Júnior

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO I**  
**EXTRATO DE ADITIVO**

Aditivo nº 03 de Prazo - Referente ao Convite nº 19/2015 - SEMSUR.

Contrato nº 91/2015, firmado em 22/07/2015.

Objeto: A realização de diagnóstico do sistema operacional de limpeza urbana, plano de gerenciamento dos resíduos sólidos para o Município de Mossoró e elaboração de projeto básico para contratação da empresa especializada para execução de serviços de limpeza urbana para o Município de Mossoró.

Prazo Vigência: 08 (oito) meses.

Período: 22/11/2016 a 22/07/2017.

Data da assinatura: 22/11/2016.

Contratada: M. A. ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA - ME.

Assina pela contratada: Sérgio Bezerra Pinheiro (Sócio).

Assina pela contratante: Francisco José Lima Silveira Júnior (Prefeito).

**Publicado por:**  
MARIA ELIONE DE MENEZES  
**Código Identificador:** 42693049

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO I**  
**EXTRATO DE DISTRATO**

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 128/2015 REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 56/2015 - SEFAZ.

O MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o nº 08.348.971/0001-39, com sede na Av. Alberto Maranhão nº 1.751, Centro, Mossoró/RN, na qualidade de DISTRATANTE, representado por seu Prefeito o Sr. FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR e também denominada DISTRATANTE, a empresa ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ERICK PEREIRA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.337.074/0001-02, com sede a Rua Joaquim Fabrício, 267, Petrópolis, Natal/RN, ora denominado(a) de DISTRATADO (A), neste termo representado pelo seu Sócio o Sr. ERICK PEREIRA, portador da OAB/DF nº 20.519, para efeitos deste ato, ajusta:

CLÁUSULA I: Fica distratado, por acordo entre as partes, nos termos da Cláusula 10, parágrafo primeiro, o Contrato, no qual versava sobre prestação de serviços profissionais de advocacia para propor medidas administrativas e/ou judiciais visando a recuperação e o incremento de receitas a título de royalties - compensação financeira sobre a produção de petróleo e gás natural.

CLÁUSULA II: Com a celebração do presente ato, ficam Distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

E, por estarem firmados.

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2016

Contratada: ERICK PEREIRA ADVOGADOS

Assina pela contratada ERICK PEREIRA (SÓCIO)

Assina pela contratante: FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR (PREFEITO).

**Publicado por:**  
MARIA ELIONE DE MENEZES  
**Código Identificador:** 51EED0D9

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO I**  
**RETIFICAÇÃO POR ERRO MATERIAL**

No extrato de Aditivo referente ao Convite Nº 69/2014 - SETRAN, publicado no JOM Nº 388, ANO VIII, de 23/12/2016, página 08. Onde se lê: "Aditivo Nº 18 de Prazo ...". Leia-se: "Aditivo Nº 12 de Prazo ...".

**Publicado por:**  
MARIA ELIONE DE MENEZES  
**Código Identificador:** 4C72169E

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO I**  
**TERMO DE APOSTILAMENTO**

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 99/2013, FIRMADO EM 29/03/2013 - REFERENTE A DISPENSA Nº 135/2013 - SEDUR.

Terceiro Termo de Apostilamento ao contrato nº 99/2013, firmado em 29/03/2013, entre a Prefeitura Municipal de Mossoró e a empresa Tibério A. B. Alencar, para a alteração da Unidade Orçamentária para 19.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SERVIÇOS URBANOS - SEIMURB; Ação: 2.400 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE, URBANISMO E

SERVIÇOS URBANOS com base no disposto no artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93, constitui objeto do citado contrato locação do imóvel situado a Rua Nilo Peçanha, 40, Bairro Bom Jardim, nesta cidade, o qual se destina ao funcionamento desta Secretaria.

Data do Apostilamento: 23/11/2016.

Assina pela contratada: FLÁVIO DE MACÊDO BARRETO (BASTANTE PROCURADOR).

Assina pela contratante: FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR (PREFEITO).

**Publicado por:**  
MARIA ELIONE DE MENEZES  
**Código Identificador:** 49681D07

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**TERMO DE ADITIVO**

ADITIVO 03 PRAZO REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2013 - SEPLAN (SEMAD) AO CONTRATO FIRMADO EM 29/11/2013

Objeto: A contratação de empresa especializada na elaboração e acompanhamento da execução do Plano Diretor de Tecnologia de Informação, destinados a atender as necessidades de informação dos setores intrínsecos, alinhados com estratégias de negócio da organização de processos e melhoria contínua de governança do município de Mossoró.

Empresa: ATHIVA SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA - ME.

CNPJ: 35.352.277/0001-68

PRAZO: 01 (um) mes

PERÍODO: 29.11.2016 a 29.12.2016

Data Da Assinatura: 14.11.2016

Assina Pela Contratante: Francisco José Lima Silveira Júnior (Prefeito)

Assina Pela Contratada: Thomaz Edson Soares (Representante)

**Publicado por:**  
NARA MARIA PEREIRA DA COSTA  
**Código Identificador:** 55EF132B

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**TERMO DE ADITIVO**

ADITIVO 04 PRAZO REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2014 - SME - AO CONTRATO FIRMADO EM 02/01/2015.

Objeto: A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra qualificada (motorista de veículo de pequeno, médio e grande porte e motorista socorrista, supervisores, recepcionistas, digitadores auxiliares de serviços gerais e auxiliares de cozinha/medeadeira, porteiro, eletricitista, telefonista e copeiro), para prestação de serviços de conservação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer)

Empresa: ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - ME.

CNPJ: 00.544.298/0001-09

Prazo: 12 (doze) meses

Período: 02.01.2017 a 02.01.2018

Data Da Assinatura: 08.12.2016

Assina Pela Contratante: Francisco José Lima Silveira Júnior (Prefeito)

Assina Pela Contratada: Regis Rocha Araújo (Representante)

**Publicado por:**  
NARA MARIA PEREIRA DA COSTA  
**Código Identificador:** 6FDEBD32

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**TERMO DE ADITIVO**

ADITIVO 03 PRAZO REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2014 - SMDSJ - AO CONTRATO FIRMADO EM 02/01/2015.

Objeto: A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra qualificada (motorista de veículo de pequeno, médio e grande porte e motorista socorrista, supervisores, recepcionistas, digitadores auxiliares de serviços gerais e auxiliares de cozinha/medeadeira, porteiro, eletricitista, telefonista e copeiro), para prestação de serviços de conservação da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Juventude.

Empresa: VAGA-LUME SERVIÇOS EIRELI - EPP.

CNPJ: 13.265.912/0001-37

Prazo: 12 (doze) meses

Período: 02.01.2017 a 02.01.2018

Data Da Assinatura: 21.11.2016

Assina Pela Contratante: Francisco José Lima Silveira Júnior (Prefeito)



Assina Pela Contratada: João Barbosa da Silva (Representante)

**Publicado por:**  
NARA MARIA PEREIRA DA COSTA  
**Código Identificador:** 650887E5

**PREGÃO PRESENCIAL  
TERMO DE ADITIVO**

ADITIVO 07 PRAZO REFERENTE A ADESÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2010 AO CONTRATO FIRMADO EM 15/07/2011.

Objeto: A prestação de serviços de telefonia fixo Comutado (STFC), nas modalidades de Serviço Local, Serviços de Longa Distância Nacional, Serviços de Longa Distância Internacional, Serviços de 0800, Serviços Especiais de Utilidade Pública, Serviço Móvel Pessoal (SMP), nas modalidades de Serviços de E-mail Móvel, Serviços de Acesso Internet Móvel, Serviços de Acesso GPRS/EDGE/3G e Serviços de Controle de Gastos Móveis; Serviço de Circuito de Internet (IP), Serviço Circuito de Comunicação de Dados, Circuito de Acesso a Internet e Serviço de vídeo monitoramento, através de uma rede de comunicação exclusiva para a Prefeitura de Mossoró (área Urbana e Rural da Cidade de Mossoró), com locação e manutenção dos equipamentos.

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A.

CNPJ: 33.000.118/0001-79

Prazo: 90 (noventa) dias

Período: 11.11.2016 a 08.02.2017

Data Da Assinatura: 26.10.2016

Assina Pela Contratante: Francisco José Lima Silveira Júnior (Prefeito)

Assinam Pela Contratada: Meirelli Silvino da Silva e José Ademar Azevedo (Representantes)

**Publicado por:**  
NARA MARIA PEREIRA DA COSTA  
**Código Identificador:** 669C3EB0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
PORTARIA Nº 0129/2016 – SMS**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 25 da Lei Complementar Municipal nº 080, de 28 de dezembro de 2012, e,

CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 32 da Lei Complementar nº020/2007 que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR – do Município de Mossoró para os servidores do grupo ocupacional da saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - EXCLUIR, Da Equipe Estratégia Saúde da Família (ESF) a servidora LÚCIA DE FÁTIMA PEREIRA DE SOUSA, matrícula nº 088.870-2, Auxiliar de Saúde, em razão de desligamento da equipe.

Art.º 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal da Saúde, em Mossoró-RN, 26 de Dezembro de 2016.

Antônio José Gusmão de Almeida

Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
MIKELLY DA SILVA CÂMARA  
**Código Identificador:** 48A2AC97

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
PORTARIA Nº 0130/2016 – SMS**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 25 da Lei Complementar Municipal nº 080, de 28 de dezembro de 2012, e,

CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 32 da Lei Complementar nº020/2007 que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR – do Município de Mossoró para os servidores do grupo ocupacional da saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - EXCLUIR, Da Equipe Estratégia Saúde da Família (ESF) a servidora EMÍLIA CRISTINA NEGREIROS BARBOSA, matrícula nº 504998, Enfermeira, em razão de desligamento da equipe.

Art.º 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal da Saúde, em Mossoró-RN, 26 de Dezembro de 2016.

Antônio José Gusmão de Almeida

Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
MIKELLY DA SILVA CÂMARA  
**Código Identificador:** 4C812D66

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
PORTARIA Nº 0131/2016 – SMS**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 25 da Lei Complementar Municipal nº 080, de 28 de dezembro de 2012, e,

CONSIDERANDO o estabelecido no na Lei Municipal nº 2.617, de 11 de maio de 2010, que trata da Função pelo Desenvolvimento de atividades de Vigilância Sanitária – GVISA.

CONSIDERANDO a necessidade de substituir servidores da equipe técnica de Vigilância, afastado de licença.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora LINDA CARLA DO NASCIMENTO SOUSA, matrícula nº 132462, detentora do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada na Vigilância à saúde, para fazer parte da Equipe Fiscal da Vigilância, na Unidade de Alimentos.

Art.º 2º - CONCEDER a servidora acima referida a Gratificação de Função pelo Desenvolvimento de Atividade de Vigilância Sanitária - GVISA

Art.º 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal da Saúde, em Mossoró-RN, 26 de Dezembro de 2016.

Antônio José Gusmão de Almeida

Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
MIKELLY DA SILVA CÂMARA  
**Código Identificador:** 4D4249F6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,  
ESPORTE E LAZER  
RESOLUÇÃO Nº 07/2016 – CME**

Aprova Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino referente ao ano letivo de 2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOSSORÓ, no uso de suas atribuições legais e regimentais e conforme deliberação do Plenário do Conselho em sessão realizada em 27 de dezembro de 2016,

CONSIDERANDO o inciso III do Artigo 12 e o inciso I do Artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino referente ao ano letivo de 2017, nos moldes do anexo, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala do Conselho Municipal de Educação, em 27 de dezembro de 2016.

Maria Márcia de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Portaria nº 0186/2015 PMM/GP

**Publicado por:**  
ADMINISTRADOR  
**Código Identificador:** 704923D2

**PREVI - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE MOSSORÓ  
PORTARIA Nº 207/2016 – GP/PREVI\***

O Presidente do Instituto Municipal de Previdência Social de Mossoró – PREVI-MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso I e VII, da Lei Complementar nº 060/2011, de 09 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, nos termos do art. 40, § 5º da Constituição Federal c/c art. 6º e art. 7º da Emenda Constitucional 41/2003 c/c art. 12, § 3º e art. 86 da Lei Complementar nº 060, de 09 de dezembro de 2011, a MARIA EUGÊNIA PEREIRA DUARTE DE AZEVEDO, RG nº651.893, CPF nº 358.337.424-04, funcionária de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Mossoró/RN, com matrícula nº 24262-1, exerce a função de Professora, Nível III, na Unidade de Educação Infantil Maria Dolores Fernandes Mendonça, com carga horária de 30 horas semanais, benefício de APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO no valor de R\$ 5.593,16 (cinco mil quinhentos e noventa e três reais e dezesseis centavos), assim discriminados:

Vencimento base (Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 070/12 c/c Art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 88/13): R\$ 4.143,08 (quatro mil cento e quarenta e três reais e oito centavos)

Adicional Tempo de Serviço (Art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 29/08 - Ref. 36 anos/35%): R\$ 1.450,08 (hum mil quatrocentos e cinquenta reais e oito centavos)

Valor do Benefício: R\$ 5.593,16 (cinco mil quinhentos e noventa e três reais e dezesseis centavos).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Mossoró-RN, 08 de novembro de 2016.  
ABRAÃO DUTRA DANTAS

Presidente do PREVI-Mossoró

\*Replicado por incorreção de erro material.

**Publicado por:**  
GUSTAVO FERNANDES QUIXADÁ  
**Código Identificador:** 73AA851E

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 04/2016**

Cria, revoga, altera e corrige a redação de artigos, parágrafos, incisos, alíneas e outros dispositivos da Lei Orgânica Municipal.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mossoró, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda:

TÍTULO I

Dos Fundamentos da Organização Municipal

Art. 1º O Município de Mossoró integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como fundamentos:

I - A autonomia;

II - A cidadania;

III - A dignidade da pessoa humana;

IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - O pluralismo político;

VI - Transparência e participação social. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 2º Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 3º São objetivos fundamentais dos cidadãos deste município e de seus representantes:

Art. 3º São objetivos fundamentais deste Município e de seus cidadãos por meio de seus representantes: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - Assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento local e regional;

III - Contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional;

IV - Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais nas áreas urbana e rural;

~~V - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação;~~

V - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 4º Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição Federal, integram esta Lei Orgânica e devem ser afixadas em todas as repartições públicas municipais, nas escolas, nos hospitais ou qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir, por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste Município ou que em seu território transite.

## TÍTULO II

Da Organização Municipal

### CAPÍTULO I

Da Organização Política administrativa

~~Art. 5º O Município de Mossoró com sede na cidade que lhe dá o nome, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica, respeitados os princípios constitucionais.~~

Art. 5º O Município de Mossoró com sede na cidade que lhe dá o nome, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á pela Constituição Federal, Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 6º São poderes do Município independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 7º São símbolos do Município sua Bandeira, seu Hino e seu Brasão.

§ 1º - Outros símbolos poderão ser estabelecidos em Lei, que disporá, também, sobre o seu uso no território do Município.

§2º - O Poder Executivo Municipal somente poderá utilizar em peças publicitárias como marca de Gestão o brasão e, como slogan, a frase: Prefeitura Municipal de Mossoró. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 01/2013)

§3º - Fica vedada a fixação de imagem do Chefe de Poder, seja executivo ou legislativo nas repartições públicas municipais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 01/2013)

Art. 8º Incluem-se entre os bens do Município de Mossoró os imóveis, por natureza ou acessão física, e os móveis que atualmente sejam do seu domínio ou a ele pertençam, bem assim os que lhe vierem ser atribuídos por lei e os que se incorporarem ao seu patrimônio por ato jurídico perfeito.

### CAPÍTULO II

Da Divisão Administrativa do Município

Art. 9º O Município de Mossoró poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos, em bairros, distritos e vilas.

§ 1 - Constituem bairros as porções contíguas e contíguas do território da sede, com denominação própria, representando meras divisões geográficas desta.

§ 2º - É facultada a descentralização administrativa com a criação, nos bairros, ou conjuntos de bairros, de subdesdes da Prefeitura, na forma de lei de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 10. Distrito é a parte do território do Município, dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria.

§1º - Aplica-se ao distrito o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 2 - O distrito poderá subdividir-se em vilas, de acordo com lei.

Art. 11. A criação, organização, supressão ou fusão de distritos, depende de lei, após a consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas, observada a legislação estadual específica e o atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 12 desta Lei Orgânica.

~~Parágrafo Único - O distrito pode ser criado mediante fusão de dois ou mais distritos, aplicando-se, neste caso, as normas estaduais e municipais cabíveis relativas à criação e à supressão. (Revogado pela Emenda 04/2016)~~

Art. 12. São requisitos para criação de distrito:

I - População, eleitorado e arrecadação não inferior à sexta parte exigida para a criação do município;

~~II - Existência, no povoado-sede de, pelo menos, cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial.~~

II - Existência, no povoado-sede de, pelo menos, cinquenta moradias, escola pública e unidade de saúde. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - Comprova-se o atendimento às exigências mencionadas neste artigo através de:

1. declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de estimativa de população;
2. certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, do número de eleitores;
3. certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição competente do Município, certificando o número de moradias;
4. certidão do órgão fazendário estadual e de Mossoró, informando a arrecadação na respectiva área territorial;
5. certidão emitida pela Prefeitura de Mossoró ou pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Órgão Municipal de Saúde e pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Norte, informando a existência de escola pública, posto de saúde e posto policial, respectivamente, no povoado sede.

I - Declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de estimativa de população; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - Certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, do número de eleitores; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - Certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição competente do Município, atestando o número de moradias; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IV - Certidão do órgão fazendário estadual e de Mossoró, informando a arrecadação na respectiva área territorial; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - Certidão emitida pela Prefeitura de Mossoró ou pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Órgão Municipal de Saúde e pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Norte, informando a existência de escola pública, posto de saúde e posto policial, respectivamente, no povoado sede. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 13. Na fixação das divisas distritais serão observados:

I - Sempre que possível, serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II - Preferência, para a delimitação, as linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - Na inexistência de linhas naturais, utilizar linhas retas, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis;

IV - É vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou do distrito de origem.

Parágrafo Único - As divisas distritais devem ser descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidem com os limites municipais.

### CAPÍTULO III

Da Competência do Município De Mossoró

#### SEÇÃO I

Da Competência Privativa

Art. 14. Compete ao Município de Mossoró:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar à legislação federal e a estadual, no que couber;

- III - Elaborar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;
- IV - Instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- V - Fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- VI - Criar, Organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- ~~VII - Dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos, observando-se:~~
- VII - Dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos, atendendo no que couber o art. 108 desta Lei Orgânica e observando-se: (Redação dada pela Emenda 04/2016)
1. Adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade de utilidade pública no interesse social;
  2. Aceitar legados e doações;
  3. Dispor sobre concessão, permissão, cessão e autorização de uso de seus bens.
- VIII - Dispor sobre organização, administração e execução dos serviços municipais;
- IX - Instituir o quadro, os planos de carreira e o regime jurídico dos servidores públicos municipais;
- X - Organizar e prestar, direta ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- ~~XI - Criar e manter o serviço de proteção ao incêndio;~~ (Revogado pela Emenda 04/2016)
- ~~XII - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado do Rio Grande do Norte, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;~~
- XII - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado do Rio Grande do Norte, a educação básica e, em caráter complementar e facultativo, o ensino médio e superior; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
- ~~XIII - Instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;~~
- XIII - Instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
- ~~XIV - Amparar, de modo especial, os idosos e os portadores de deficiências físicas e mentais;~~
- XIV - Amparar, de modo especial, às crianças e adolescentes, os idosos e as pessoas com deficiências físicas e mentais; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
- XV - Estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;
- ~~XVI - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro com recursos próprios ou mediante convênio com entidade especializada;~~
- XVI - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência no nível básico, médio e de alta complexidade, com recursos próprios ou mediante convênio com entidade especializada; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
- XVII - Planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana;
- XVIII - Estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observadas as diretrizes da lei federal;
- ~~XIX - Instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;~~
- XIX - Instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;
- XX - Dispor, mediante plebiscito popular, sobre qualquer alteração territorial, na forma da Lei Estadual, preservando a continuidade e unidade histórico-cultural do ambiente urbano;
- XXI - Combater a poluição urbana em todas as suas formas;
- XXII - Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar ou não, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza;
- XXIII - Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimento industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;
- XXIV - Cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento cuja atividade venha a se tornar prejudicial saúde, à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes da sociedade;
- XXV - Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável;
- XXVI - Organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;
- XXVII - Fiscalizar nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios observada à legislação federal pertinente;
- XXVIII - Dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- XXIX - Dispor sobre registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias que possam ser portadores e transmissores;
- XXX - Disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelage máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais, cuja conservação seja de sua competência;
- XXXI - Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem, como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
- XXXII - Regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;
- XXXIII - Fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;
- XXXIV - Regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;
- XXXV - Regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, persistir ou autorizar, conforme o caso:
1. ~~O serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de táximetro;~~
- a) O serviço de veículos automotores de aluguel, inclusive o uso de táximetro; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
1. Os serviços funerários e os cemitérios;
  2. Os serviços de mercados, feiras e abatedouros;
  3. Os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias ou caminhos municipais;
  4. Os serviços de iluminação pública;
  5. A afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.
- XXXVI - Fiscalizar os quintais e terrenos baldios, notificando os proprietários e mantê-los asseados, murados e com as calçadas correspondentes as suas testadas devidamente construídas, sob pena de execução direta pela Administração e, sem prejuízo de sanções, cobrança do custo respectivo ao proprietário;
- XXXVII - Tombar e proteger bens, documentos, obras e locais de valor histórico ou artístico e as paisagens naturais, bem como cultivar a tradição de festas populares;
- XXXVIII - Dispor sobre áreas verdes e reservas ecológicas do Município;
- ~~XXXIX - criar e manter estabelecimentos para o ensino nos variados graus;~~
- XXXIX - criar e manter estabelecimentos de ensino, nos limites de sua competência; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
- XL - Amparar a maternidade, a infância, os idosos, os deficientes e os adultos, coordenando e orientando os serviços sociais do âmbito do Município;
- XLI - Proteger a juventude contra a exploração e fatores que possam conduzi-la ao abandono físico, moral e intelectual, promovendo os meios de assistência em todos os níveis, aos menores abandonados;
- XLII - Promover medidas necessárias para restringir a mortalidade infantil e para higiene social que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;



XLIII - Fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;

XLIV - Estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XLV - Adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação;

XLVI - Assegurar a expedição de certidões, quando requeridas às repartições municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

§1º - As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município de Mossoró e ao bem - estar da sua população e não conflitem, com a competência federal estadual.

~~§2º - As normas de edificação, de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XVIII deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a: (Revogado pela Emenda 04/2016)~~

~~I - Zonas verdes e demais logradouros públicos; (Revogado pela Emenda 04/2016)~~

~~II - Vias de tráfego de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais; (Revogado pela Emenda 04/2016)~~

~~III - Passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos lotes, obedecendo às dimensões e demais condições estabelecidas na legislação. (Revogado pela Emenda 04/2016)~~

§ 3º - A lei que dispuser sobre a guarda municipal, estabelecerá sua organização e competência.

§4º - A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182, §1º, da Constituição Federal.

## SEÇÃO II

### Da Competência Comum

Art.15. É de competência comum do Município de Mossoró, da União e do Estado do Rio Grande do Norte, na forma prevista em lei complementar federal:

I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência;

III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - Preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais no território do Município de Mossoró;

XII - Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XIII - Estabelecer política de educação para controle e combate à obesidade; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XIV - Criar e manter serviço de proteção ao incêndio. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

## CAPÍTULO IV

### Das Vedações

Art. 16 – Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao Município de Mossoró é vedado:

I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhe o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - Recusar fé aos documentos públicos;

~~III - Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;~~

~~III - Criar distinções arbitrárias entre brasileiros ou preferências entre si; (Redação dada pela Emenda 04/2016)~~

~~IV - Subvencionar ou auxiliar de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar às campanhas ou objetivos estranhos a administração e ao interesse público;~~

IV - Subvencionar ou auxiliar de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, internet, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar às campanhas ou objetivos estranhos a administração e ao interesse público; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~V - Denominar nomes de pessoas vivas a vias e logradouros públicos.~~

V - Denominar nomes de pessoas vivas a vias e logradouros ou bens públicos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

## CAPÍTULO V

### Da Administração Pública

#### SEÇÃO I

##### Disposições Gerais

Art.17. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Município de Mossoró, obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte:

~~I - Os cargos, empresas e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;~~

I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, assim como aos estrangeiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação exoneração;

III - O prazo de validade de concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos deve ser convocado, com prioridade sobre novos concursados, para assumir o cargo ou emprego, na carreira;

V - Os cargos em comissão e as funções de confiança devem ser exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;

VI - É garantido ao servidor público o direito a livre associação sindical;

VII - O direito de greve será exercido, nos termos e nos limites definidos em Lei Complementar Federal;

VIII - A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

~~XI - A lei fixará o limite máximo entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;~~

XI - A lei fixará o limite máximo entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como subsídio, em espécie, pelo Prefeito; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XII - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no §1º, do art. 19 desta Lei Orgânica;

XIV - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os incisos XI e XII deste artigo, bem como os arts. 150, II, 153, III, §2º, I, da Constituição Federal;

XVI - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

1. A de dois cargos de professor;
2. A de um cargo de professor e outro de técnico ou científico;
3. ~~A de dois privativos de médico.~~

c) De dois privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XVII - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

~~XIX - Somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;~~

XIX - Somente por lei específica poderão ser criadas as autarquias e autorizadas a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista, ou fundação pública, cabendo Lei Complementar neste último caso definir suas áreas de atuação; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XX - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer desta em empresas privadas;

XXI - Ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, os serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusula que estabeleça obrigações e pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

XXII - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

XXIII - A não observância do disposto nos incisos II e III desse artigo implicará a nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

~~§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei;~~

~~§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.~~

~~§ 5º - Os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, são estabelecidos em lei federal;~~

~~§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.~~

§ 1º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - Os atos de improbidade administrativa importarão em suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 3º - A lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 4º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

## SEÇÃO II

### Dos Servidores Públicos

~~Art. 18. O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.~~

Art. 18. O Município instituirá regime jurídico único e planos de cargo, carreira e remuneração para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, autarquia e fundacional, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.~~

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, autárquica e fundacional, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

Art. 19. O servidor será aposentado:

I - Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais aos demais casos;

II - Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - ~~Voluntariamente:~~

III - Voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

1. Aos trinta e cinco anos de contribuição, se homem e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;
2. Aos trinta anos de contribuição, se homem, aos vinte e cinco anos, se mulher, com proventos proporcionais há esse tempo;
3. Aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;
4. Aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

§1º - A lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III "a" e "c", no caso de exercício de atividade, consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

~~§2º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos públicos;~~

§2º - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário de emprego público aplica-se o Regime Geral da Previdência Social. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§3º - O tempo de serviço público federal, estadual e/ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.~~

§3º - O tempo de contribuição federal, estadual e/ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e o tempo de serviço para tempo de disponibilidade. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§4º - Aplica-se ao servidor público o disposto no § 2 do art. 202 da Constituição Federal.

Art. 20. A estabilidade do servidor público municipal, nomeado em virtude de concurso público, dar-se-á nos termos do que determina a Constituição Federal.

~~§1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.~~

Parágrafo único - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou procedimento de avaliação periódica de desempenho. (Redação dada pela Emenda 04/2016)



Art. 21. O plano de cargos e carreiras do servidor público municipal será elaborado de forma assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva oportunidade de processo funcional e acesso à escala superior.

Art. 21. O plano de cargos e carreiras do servidor público municipal será elaborado de forma assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva, oportunidade de progressão e ascensão funcional de acordo com a respectiva carreira. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - O Município proporcionará aos servidores oportunidade de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

§ 1º - O Município proporcionará aos servidores oportunidade de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem, em caráter permanente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - Os programas mencionados no § 1º terão caráter permanente. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Art. 22. Ao servidor público municipal em exercício do mandato eletivo, aplicam-se as disposições do art. 38 da Constituição Federal.

Art. 23. São direitos do servidor público, entre outros:

1. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral;
2. Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;
3. Remuneração-família para os seus dependentes;
4. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais facultado a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
5. Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
6. Repouso semanal remunerado;
7. Remuneração de serviços extraordinários superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal;
8. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais, da remuneração normal;
9. Licença à gestante sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias;
10. Participação do funcionário público na gerência de fundos e entidades para os quais contribuem, a ser regulamentada por lei;
11. Direito a reunião em locais de trabalho, desde que não exista comprometimento de atividades funcionais regulares;
12. Liberdade de filiação político-partidária;
13. Licença especial de três meses, após a implementação de cada cinco anos de efetivo exercício;
14. Proteção de remuneração na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
15. Licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
16. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

I - Décimo terceiro salário com base na remuneração integral; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - Remuneração-família para os seus dependentes; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IV - Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais facultado a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VI - Repouso semanal remunerado; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VII - Remuneração de serviços extraordinários superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VIII - Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais, da remuneração normal; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IX - Licença à gestante sem prejuízo do emprego e da remuneração, com duração de cento e oitenta dias; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

X - Participação do servidor público na gerência de fundos e entidades para os quais contribuem, a ser regulamentada por lei; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XI - Direito a reunião em locais de trabalho, desde que não exista comprometimento de atividades funcionais regulares; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XII - Liberdade de filiação político-partidária; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XIII - Licença especial de três meses, após a implementação de cada cinco anos de efetivo exercício; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XIV - Proteção de remuneração na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XV - Licença-paternidade, nos termos fixados em lei; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XVI - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - Lei específica disporá sobre jornadas diferenciadas por categoria, observando o estabelecido na Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 24. O servidor público do Município, quando investido na função de direção máxima de entidade representativa de classe ou conselheiro de entidade de fiscalização do exercício das profissões liberais, não poderá ser impedido de exercer suas funções nessa entidade, nem sofrerá prejuízos em suas remunerações e demais vantagens na sua instituição de origem.

Art. 25. As empresas, fundações, autarquias e sociedade de economia mista, que integram a organização municipal, terão conselho representativo constituído por servidores das respectivas entidades e por esses escolhidos em votação direta e secreta.

Art. 25. As empresas, fundações, autarquias e sociedade de economia mista, que integram a organização municipal, terão conselho representativo constituído por servidores das respectivas entidades e por esses escolhidos em votação direta e aberta/secreta.

Art. 26. Será assegurada a participação dos servidores na elaboração e instituição do seu regime jurídico, plano de cargos e remuneração e no Estatuto do Magistério Municipal.

Art. 27. A lei assegurará aos servidores da administração pública direta, das autarquias fundações e empresas de economia mistas, controlada acionariamente pelo Município, o vale transporte obedecendo ao disposto na legislação federal.

### TÍTULO III

Da Organização Dos Poderes

#### CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

#### SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

Art. 28. O poder Legislativo de Mossoró é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura tem a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa.

Art. 29. A Câmara Municipal de Mossoró compõe-se de vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

§1º - São condições de elegibilidade para o exercício do mandato de vereador, na forma da lei federal:

I - A nacionalidade brasileira;

II - O pleno exercício dos direitos políticos,

III - O alistamento eleitoral

IV - O domicílio eleitoral na circunscrição.

V - A filiação partidária;

VI - A idade mínima de dezoito anos;

VII - Ser alfabetizado.

§ 2º - Devem ser observados como critérios de elegibilidade os constantes na Lei Complementar Federal. (Redação dada pela Emenda 04/2016)



§ 3º - O número de vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista o disposto no art. 29, IV da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 30. A Câmara Municipal de Mossoró, reunir-se-á anual e ordinariamente na sede do Município de 15 de fevereiro a 30 de junho e de agosto a 15 de dezembro.~~

Art. 30. A Câmara Municipal de Mossoró, reunir-se-á anual e ordinariamente na sede do Município de 15 de fevereiro a 30 de junho e 1 de agosto a 15 de dezembro. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§1º - As reuniões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, previstas no parágrafo anterior, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando coincidirem com sábados, domingos e feriados.

§ 2º A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo correspondente à sessão legislativa ordinária.

§ 3º A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

I- pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 38, V desta Lei Orgânica;

§ 4º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal de Mossoró somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada.

Art.31. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário prevista na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno.

Art. 32. A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

~~Art.33. As sessões da Câmara realizar-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no art. 38, XII, desta Lei Orgânica.~~

Art. 33. As sessões da Câmara realizar-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no art. 38, XII, desta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - O horário das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é o estabelecido em seu Regimento Interno.

~~§ 2º - Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.~~

§ 2º - Poderão ser realizadas sessões fora do recinto da Câmara, previstas no seu Regimento Interno. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 34 - As sessões serão públicas salvo deliberação em contrário, de dois terços (2/3) dos vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art.35. Na Câmara Municipal de Mossoró são 2 (dois) os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal por chamada ou por processo eletrônico;

Parágrafo único – O Regimento Interno da Câmara Municipal determinará o procedimento a ser utilizado nos processos de votação previstos nos incisos acima, bem como as matérias atinentes aos mesmos.

## SECÇÃO II

Das Atribuições da Câmara Municipal

~~Art. 36. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município de Mossoró, especialmente sobre:~~

Art. 36. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município de Mossoró, observando as disposições contidas nos artigos 57 e 58 desta Lei, especialmente sobre: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - tributos municipais, arrecadação e dispêndio de suas rendas;

II - isenção e anistia em matéria tributária bem como remissão de dívidas;

III – plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual e autorização para abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - operações de créditos, auxílios e subvenções;

~~V – convocação, permissão e autorização de serviços públicos;~~

V – concessão, permissão e autorização de serviços públicos; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VI - concessão administrativa do uso dos bens municipais;

VII - alienação de bens públicos;

VIII - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

IX - organização administrativa municipal, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;

X - criação e estruturação de secretarias municipais e demais órgãos da administração pública, bem assim a definição das respectivas atribuições;

XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo Municipal;

~~XII – autorização para a assinatura de convênios de qualquer natureza com outros municípios ou com entidades, públicas ou privadas; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

XIII - delimitação do perímetro urbano;

XIV - transferência temporária da sede do governo municipal;

~~XV – autorização para mudança de denominação de próprios de vias e logradouros públicos;~~

XV - autorização para mudança de denominação de nomes próprios de vias e logradouros públicos; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XVI - normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

Art. 37. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

I - eleger os membros de sua Mesa Diretora;

~~II – elaborar o Regimento Interno;~~

II - elaborar o Regimento Interno; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV - propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V - Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceda a quinze dias;

VII - exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo;

VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de sessenta dias do seu recebimento observados os seguintes preceitos:

a) o parecer do tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

b) é vedado o julgamento ficto;

c) no decurso do prazo previsto neste inciso as contas do Prefeito ficarão à disposição de qualquer contribuinte do Município de Mossoró para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei;

d) rejeitadas as contas e publicado o resultado do julgamento através de Decreto Legislativo no Diário Oficial do Município ou veículo de publicidade equivalente, serão elas imediatamente remetidas ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Procuradoria Regional Eleitoral para os fins de direito.

IX – decretar a perda do mandato do Prefeito, de Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica, na legislação municipal, estadual e federal, aplicável;

X - autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno ou externo de qualquer natureza, de interesse do Município de Mossoró;

XI - proceder à tomada de contas do Prefeito através de Comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

~~XII – aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, Estado, pessoa jurídica de direito público interno, de direito privado, instituições estrangeiras ou multinacionais, quando se tratar de matéria assistencial, educacional, cultural ou técnica; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

XIII - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIV - convocar o Prefeito, secretários do Município ou autoridade equivalente para prestar esclarecimentos apazando dia e hora para o comparecimento, importando a ausência sem justificativa adequada em crime de responsabilidade, punível na forma da legislação federal;

XV – encaminhar pedidos escritos de informação a secretário do Município ou autoridade equivalente, para atendimento no prazo de trinta dias, podendo representar os interessados por desvios e prestação de informações falsas;

XVI - ouvir secretários do Município ou autoridades equivalentes, quando, por sua iniciativa e mediante entendimentos prévios como a Mesa, comparecerem à Câmara Municipal para expor assunto de relevância da Secretaria ou do órgão da administração de que forem titulares;

XVII - deliberar sobre o atendimento e a suspensão de suas reuniões

XVIII- criar comissão parlamentar de inquérito para apurar fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros;

~~XIX – conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou neles tenham destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;~~

XIX - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou neles tenham destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante aprovação da maioria dos membros da Câmara; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XX - solicitar a intervenção do Estado no Município; observado o disposto no art. 35 da Constituição Federal, por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

XXI - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;

XXII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;

~~XXIII – Fixar o subsídio dos Vereadores mediante projeto de lei de iniciativa privada até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições para a nova legislatura, obedecendo ao seguinte regime jurídico;~~

XXIII – Fixar o subsídio dos Vereadores mediante projeto de lei de iniciativa privativa até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições para a nova legislatura, obedecendo ao respectivo regime jurídico; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~XXXIV – Fixar, observado o que dispõe o art. 17, XL desta Lei Orgânica, e os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração de Prefeito, do Vice-Prefeito e secretários municipais ou autoridades equivalentes;~~

XXXIV - Fixar, observado o que dispõe o art. 17, XI desta Lei Orgânica, e os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e secretários municipais ou autoridades equivalentes; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo único - A apreciação e votação do parecer do Tribunal e Contas pela Câmara Municipal serão precedidas da devida notificação do responsável pelas contas, para a apresentação de manifestação escrita na forma e prazo estabelecidos pelo Regimento Interno. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art.38. Ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá, dentre os seus membros, em votação secreta, urna Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições:~~

Art.38. Ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá, dentre os seus membros, uma Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - reunir-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo presidente;

II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de quinze dias observado o disposto no inciso VI do art. 37;

V - convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º - A Comissão Representativa é constituída por número ímpar de Vereadores

§ 2º - A comissão Representativa deve apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

### SEÇÃO III

#### Dos Vereadores

Art. 39. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

~~§ 1º - Desde a expedição do diploma, os membros da Câmara Municipal não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Casa, observado o disposto no §2º do art. 53, da Constituição Federal. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2012)~~

~~§ 2º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Câmara Municipal, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2012)~~

~~§ 3º - Os Vereadores serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2012)~~

§4º Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 40. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 22 desta Lei Orgânica.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável ad-nutun, salvo o cargo de secretário do Município ou equivalente;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município de Mossoró, ou nele exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município de Mossoró em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere alínea "a" do inciso I deste artigo.

Art. 41. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

~~III - que utilizar-se do mandato para prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;~~

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - que fixar domicílio eleitoral em outro Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - quando o decretar a Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição Federal;

~~VIII - pela sentença definitiva transitada em julgado;~~

VIII - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~IX - que deixar de tomar posse no prazo estabelecido em lei, sem motivo justificado. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~§1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Mossoró, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.~~

§1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Mossoró, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante convocação da Mesa ou de qualquer Partido Político, com representação na Câmara Municipal de Mossoró, assegurado o amplo direito de defesa.~~

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VIII, a perda do mandato será declarada pela maioria absoluta, mediante convocação da Mesa ou de qualquer Partido Político, com representação na Câmara Municipal de Mossoró, assegurado o amplo direito de defesa. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos IV, V e VII, a perda será declarada pela Mesa da Casa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 4º A renúncia de vereador submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os § 2º e § 3º. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 42. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença;

~~II - para tratar, sem remuneração de interesse particular desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias por sessão legislativa; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 01/2012)~~

~~III - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município de Mossoró; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 01/2012)~~

§ 1º - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de secretário do Município ou em cargo equivalente ou assemelhado da Administração Pública Direta ou Indireta do Município, conforme previsto no art. 40, inciso II, alínea "a", desta Lei Orgânica;

~~§ 2º - Ao Vereador licenciado, nos termos do inciso I, a Câmara Municipal determinará o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença.~~

~~§3º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração do Vereador. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

§ 4º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§5º - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões da Câmara, o Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§6º - Na hipótese do §1º o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 43. Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§1º - O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando o prazo será prorrogado por igual período.

~~§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.~~

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 horas, à Justiça Eleitoral. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

## SEÇÃO IV

Da Instalação e Funcionamento da Câmara

~~Art. 44. A Câmara reunir-se-á em sessão solene, no dia 1º de Janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros da Mesa.~~

Art. 44. A Câmara reunir-se-á em sessão solene, no dia 1º de Janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - A posse ocorrerá em sessão solene, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, caso esta condição seja comum a mais de um Vereador, presidirá o mais votado dentre eles.

~~§2º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias do início do funcionamento ordinário da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.~~

§2º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias do início do funcionamento ordinário da Câmara, sob pena de impossibilitar a sua posse cassação, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§3º - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do escolhido com base no §1º deste artigo, e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§4º - Inexistindo número legal, o Vereador indicado para Presidente, com base no §1º deste artigo, permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita

a Mesa.

§ 5º A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á na última sessão o Período Legislativo sendo empossados os eleitos a 01 de janeiro do ano seguinte.

§ 6º - A reunião marcada para a data estabelecida uso parágrafo anterior será transferida para o 1º dia útil subsequente quando recair em sábado, ou domingo.

~~§ 7º - Excepcionalmente, a eleição para o segundo biênio poderá ser realizada fora do prazo estabelecido no §5º deste artigo, mediante convocação do Presidente da Câmara ou maioria absoluta dos Vereadores. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

Art.45. O mandato da Mesa Diretora da Câmara será de 2 (dois) anos, não sendo permitida a reeleição na mesma legislatura. No caso de eleição em legislatura subsequente, inexistirá incompatibilidade para quem desejar se candidatar em qualquer cargo.

Art. 46. A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente, do Segundo Vice-Presidente, do Primeiro Secretário, do Segundo Secretário, do Terceiro Secretário e do Quarto Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º - Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º - Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso, e em caso de empate, o mais votado dentre eles, assumirá a Presidência.

§ 3º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 47. A Câmara terá comissões permanentes e especiais

Art. 47. A Câmara terá comissões permanentes e especiais, constituídas e com atribuições previstas nesta Lei e no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)



§1º - Às comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabem:

- I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um terço (1/3) dos membros da Casa;
- II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III - convocar os secretários municipais ou Diretores equivalentes, para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

§ 2º - As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos.

§ 3º - Na formação das comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

~~§ 4º - As comissões parlamentares de inquérito que terão poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.~~

§ 4º - As comissões parlamentares de inquérito que terão poderes previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, independentemente de deliberação posterior, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 48. A Maioria, a Minoria, as Representações Partidárias, mesmo com apenas um membro, e os blocos parlamentares terão Líder e Vice-Líder, quando for o caso.

~~Art. 49. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões da Câmara.~~

Art. 49. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões, conforme art. 47, §3º desta Lei. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 50. A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu regimento Interno, dispor sobre sua organização política e provimento de cargos de seus serviços e especialmente sobre:

- I - sua instalação e funcionamento;
- II - posse de seus membros;
- III - eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições.
- IV - periodicidade das reuniões;
- V - Comissões;
- VI - sessões;
- VII - deliberações;
- VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 51. À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

- I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- III - apresentar projetos de lei dispor sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;
- V - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;
- VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 52. Compete ao Presidente da Câmara:

- I - exercer, em substituição a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei.
- II - representar a Câmara em juízo e fora dele;
- III - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- IV - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- V - promulgar as resoluções e os decretos legislativos;
- VI - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil pelo chefe do Executivo Municipal;
- VII - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;
- VIII - apresentar ao Plenário até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;
- IX - requisitar o duodécimo destinado às despesas da Câmara;
- X - autorizar as despesas da Câmara;
- XI - representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
- XII - solicitar, por decisão de dois terços (2/3) da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;
- XIII - prestar informações requeridas por certidões para esclarecimentos de situações;
- XIV - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ou órgão a que for atribuída tal competência;
- ~~XV - requisitar, quando necessárias à preservação da regularidade e funcionamento da Câmara;~~

XV - requisitar força policial quando necessárias à preservação da regularidade e funcionamento da Câmara; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XVI - empossar o Prefeito e o Vice-Prefeito após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o Plenário;

~~XVII - empossar os Vereadores que, por motivo justificado, não tomaram posse com os demais;~~

XVII - empossar os Vereadores que, por motivo justificado, não tomaram posse com os demais, nos termos desta Lei; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~XVIII - declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito de Vereadores, nos casos previstos em Lei, em face de deliberação do Plenário, expedir Decreto Legislativo de cassação dos respectivos mandatos.~~

XVIII - declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereadores, nos casos previstos em Lei, em face de deliberação do Plenário, expedindo Decreto Legislativo de cassação dos respectivos mandatos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

SEÇÃO V

Do Processo Legislativo

Art. 53. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I - emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos; e
- VII - resoluções.

Art.54. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II - do Prefeito Municipal;
- III - de iniciativa popular;

§1º- A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

~~Art.55. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara ao Prefeito e aos cidadãos, que a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.~~

Art.55. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo único: A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de proposição legislativa subscrita por no mínimo cinco por cento do eleitorado municipal. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 56. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único - Serão leis complementares dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I - Código Tributário do Município;
- II - Código de Obras;
- III - Código de Posturas;
- IV - Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais,
- V- Código urbanístico;
- VI - Código de zoneamento;
- VII - Lei Orgânica instituidora da guarda municipal;
- VIII - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;
- IX - Lei que institua o Plano Diretor do Município;
- X - Código de parcelamento do solo.

Art. 57. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

- ~~I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica ou aumento de sua remuneração;~~
- I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica e sua remuneração; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
- II - servidores públicos do Poder Executivo, da Administração Indireta e autárquicas, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadorias;
- III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos de Administração Pública;
- IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções;

Parágrafo Único - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte, deste artigo.

~~Art. 58. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis das que disponham sobre:~~

Art. 58. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das proposições legislativa que disponham sobre: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

- ~~I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentadas da Câmara;~~
- I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
- II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

~~Parágrafo Único - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que ausentem a despesa prevista, ressaltando o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Vereadores.~~

Parágrafo único - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressaltando o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Vereadores. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 59. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de Projetos de sua iniciativa.

§ 1º. Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até trinta dias sobre a proposição, contados da data em, que for feita a solicitação.

§ 2º - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se às demais proposições, para que se ultime a votação, exceto Medida Provisória, Vetos e Leis Orçamentárias.

~~§3º - O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.~~

§3º - O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de códigos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art.60. Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito no prazo de dez dias úteis que, aquiescendo, o sancionará.

~~§ 1º - O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento.~~

§ 1º - O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, comunicando dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º- Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

~~§ 4º - A apreciação do veto, pelo plenário da Câmara, será feita dentro de quinze dias úteis a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores em escrutínio secreto.~~

§ 4º - A apreciação do veto, pelo plenário da Câmara, será feita dentro de trinta dias úteis a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer escrito ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 5º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito em quarenta e oito horas para promulgação.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestados as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 59 dessa Lei Orgânica.

§ 7º - A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito nos casos dos §§ 2º e 5º, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo e, no caso deste, não promulgá-la, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

Art. 61. As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar, os planos plurianuais e orçamentos não serão objeto de delegação.

§ 2º - A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara, que fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

Art. 62. O Prefeito Municipal em caso de calamidade pública, poderá adotar a medida provisória, com força de lei, para a abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-lo de imediato à Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

~~Parágrafo Único - A medida provisória perderá a eficácia desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.~~

Parágrafo único - A medida provisória perderá a eficácia desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 63. Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos e decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único - Nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á concluída a deliberação com a votação final a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 64. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

## SEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil, Financeira e

Orçamentária

Art. 65. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Mossoró, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa competência, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara, dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa competência, vedado o julgamento ficto, ou seja, o parecer deverá ser necessariamente deliberado pelo Poder Legislativo, único com atribuição e competência para julgar aludidas contas.

§ 3º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§ 4º - As contas do Município ficarão, no decurso do prazo previsto no § 2º deste artigo, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legalidade, nos termos da lei.

§ 5º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

~~Art. 66. O Executivo manterá sistema de controle intenso, a fim de:~~

Art. 66. O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos.

## CAPÍTULO II

Do Poder Executivo

### SEÇÃO I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 67. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores com atribuições equivalentes ou assemelhadas.

Parágrafo Único - Aplicar-se a elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do art. 29 desta Lei Orgânica, no que couber, e a idade mínima de vinte e um anos.

~~Art. 68. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente com a de Vereadores, nos termos estabelecido art. 29, inciso I e II da Constituição Federal.~~

Art. 68. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente com a de Vereadores, nos termos estabelecido no art. 29, inciso I e II da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

Art. 69. No ato da posse e no término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para o conhecimento público.

~~Art. 70. O Prefeito o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão da Câmara Municipal prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União do Estado e do Município, promover o bem geral dos municípios e exercer cargo sob a inspiração da democracia, de legitimidade e da legalidade.~~

Art. 70. Ressalvados os pleitos suplementares, o Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão da Câmara Municipal prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União do Estado e do Município, promover o bem geral dos municípios e exercer cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito e/ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiverem assumido os cargos, estes serão declarados vagos.

Art. 71. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento o suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 72. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - A recusa do Presidente da Câmara, por qualquer motivo, a assumir o cargo do Prefeito, importará, automaticamente, em renúncia à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo.



Art. 73. Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice- Prefeito, observar-se-á o seguinte:

~~I - Ocorrendo a vacância nos três primeiros anos de mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período de seus anteriores.~~

I - Ocorrendo a vacância nos dois primeiros anos de mandato, dar-se-á eleição até noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período de seus anteriores. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~II - Ocorrendo a vacância no último ano de mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período.~~

II - Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos de mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art.74. O mandato de Prefeito é estipulado nos termos do que determina a Constituição Federal, tendo início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 75. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício dos respectivos cargos, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo ou de mandato.

Parágrafo Único - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a receber a remuneração, quando:

I - Impossibilidade de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - Em gozo de férias;

III - A serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 76. O Prefeito gozará férias anuais de trinta dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

Art. 77. A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do inciso XXIII do art. 37 dessa Lei Orgânica.

## SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito

Art.78. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - Iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - Exercer a direção Superior da Administração Municipal;

III - Representar o Município em juízo e fora dele;

~~IV - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os Regulamentos pela sua fiel execução;~~

IV - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os Regulamentos para sua fiel execução; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - Vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

VI - Editar medidas provisórias na forma desta lei orgânica;

~~VII - Nomear e exonerar os secretários municipais e os diretores dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta;~~

VII - Nomear e exonerar os secretários municipais e os diretores dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VIII - Decretar, nos termos da lei a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse Social;

IX - Expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

X - Permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros;

XI - Prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

~~XII - Enviar à Câmara, até trinta de setembro, os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual do Município e das suas autarquias;~~

XII - Enviar à Câmara Municipal; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

a) Até 30 de agosto, antes do encerramento do primeiro exercício de cada novo mandato executivo, o projeto de lei relativo ao Plano Plurianual (PPA) e devolvido para sanção até o fim da sessão legislativa; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

b) Até 15 de abril o projeto relativo à Lei de Diretrizes Orçamentárias e devolvido para sanção até o final do primeiro período da sessão legislativa; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

c) Até e até 30 de agosto o projeto de lei orçamentária Anual e devolvido para sanção até o final da sessão legislativa; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~XXIII - Encaminhar a câmara, até 1º de março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;~~

XXIII - Encaminhar a câmara, até 1º de março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XIV - Encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XV - Fazer publicar os atos oficiais;

XVI - Informar à Câmara Municipal dentro do prazo de 30 (trinta) dias sobre os a celebração de convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, Estado, pessoa jurídica de direito público interno, de direito privado, instituições estrangeiras ou multinacionais, quando se tratar de matéria assistencial, educacional, cultural ou técnica. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo único - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação aos projetos de que trata as alíneas "a", "b" e "c" do Inciso XII deste artigo enquanto não iniciada a votação na Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara da parte cuja alteração é proposta. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art.79. O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas no inciso XI, XVII e XXVI do Art. 78.~~

Art. 79. O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas no inciso XI e do Art. 78. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

## SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 80. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no Art. 22 desta Lei Orgânica.

~~§ 1º - Ao Prefeito e ao Vice-Prefeito é vedado desempenhar função, a qualquer título, em empresa privada.~~

§ 1º - Ao Prefeito e ao Vice-Prefeito é vedado desempenhar cargo ou função, a qualquer título, em empresa privada. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º, implicará perda do mandato.

Art. 81. As incompatibilidades declaradas no art. 40, seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Art. 82. São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em lei federal.

Art. 83. São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em lei federal.

Parágrafo Único - O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político administrativas, perante a Câmara.

Art. 84. Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - Ocorrer falecimento, renúncia até condenação por crime funcional ou eleitoral;

~~II - Deixar de tomar posse, por motivo justo aceito pela Câmara, dentro de dez dias;~~

II - Deixar de tomar posse, salvo por motivo justo aceito pela Câmara, dentro de dez dias; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - Infringir as normas dos artigos 40 e 75 desta Lei Orgânica;

IV - Perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

#### SEÇÃO IV

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 85. O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competências, deveres e responsabilidades.

Art. 86. São auxiliares diretos do Prefeito.

I - Os secretários municipais;

II - Os Diretores de órgãos da Administração Pública Direta e indireta.

~~§1º - Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito~~

§1º - Os cargos são de livre nomeação e exoneração do Prefeito. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~2º - Os auxiliares diretos somente poderão usar veículo de propriedade do Poder Público Municipal, quando exclusivamente em serviço.~~

2º - Os auxiliares diretos somente poderão usar veículo de propriedade do Poder Público Municipal, devidamente identificado, quando exclusivamente em serviço. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 87. A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes competência, deveres e responsabilidades.

Art. 88. São condições essenciais para a investidura no cargo de secretário, Diretor ou assemelhado:

I - ~~Ser brasileiro;~~

I - Ser brasileiro, nato ou naturalizado; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - ~~Estar no exercício dos direitos públicos;~~

II - Estar no exercício dos direitos públicos políticos; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - Ser maior de vinte e um anos.

Art. 89. Além das atribuições fixadas em lei, compete aos secretários, Diretores ou assemelhados:

I - Subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II - ~~Expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentações;~~

II - Expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentações, nos limites de sua competência; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - Apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços requisitados por suas Secretarias ou Órgãos;

IV - Comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º - Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referenciados pelo Secretário da Administração.

§ 2º - A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificção, importa em crime de responsabilidade, nos termos da lei federal.

Art. 90. Os secretários ou diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 91. Lei Municipal, de iniciativa do Prefeito, poderá criar Administração de Bairros e Subprefeituras nos Distritos.

§ 1º - Aos Administradores de bairros ou subprefeitos, como delegados do Poder Executivo, compete.

I - Cumprir e fazer cumprir as leis, resoluções, regulamentos e mediante instruções expedidas pelo Prefeito, os atos da Câmara por ele aprovados;

II - Atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando for o caso;

III - Indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Bairro ou Distrito;

IV - Fiscalizar os serviços que lhes são afetos;

V - Prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhes forem solicitadas.

Art. 92. O subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 93. Os auxiliares diretos do Prefeito apresentarão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, que constará dos arquivos da Prefeitura.

#### SEÇÃO V

Da Participação e Consulta Popular

Art. 94. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante:

I - Plebiscito;

II - Referendo;

III - Iniciativa popular.

Art. 95. O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distrito, cujas medidas devem ser tomadas diretamente pela administração municipal.

~~§ 1º - A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos cinco por cento do eleitorado do Município, ao bairro ou no distrito, com a identificação do título eleitoral apresentarem proposições nesse sentido.~~

§ 1º - A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos cinco por cento do eleitorado do Município, com a identificação do título eleitoral apresentarem proposições nesse sentido. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§2º - A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de dois meses após a apresentação da proposição, adotando-se cédula oficial, que conterá as palavras SIM e

NÃO, indicando respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

I - A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos cinquenta por cento da totalidade dos eleitores envolvidos;

II - Serão realizadas, no máximo, duas consultas por ano;

III - Vedada a realização de consulta popular nos quatro meses que antecedem as eleições para qualquer nível de governo.

Art. 96. O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular, que será considerado como decisão sobre a questão proposta, devendo o governo municipal, adotar as providências legais para a sua execução.

~~Art. 97. Todos os órgãos e instituições dos poderes do Município são acessíveis ao indivíduo, por petição ou representação, em defesa do direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo e do meio ambiente.~~

Art. 97. Todos os órgãos e instituições dos poderes do Município são acessíveis ao cidadão, por petição ou representação, em defesa de direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo e do meio ambiente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - A autoridade municipal a qual for dirigida a petição ou representação, deverá oficializar o seu ingresso, assegurando-lhe tramitação rápida, dando-lhe fundamento legal ao exarar a decisão.

§ 2º - O interessado deverá ser informado da solução aprovada, por correspondência oficial, no prazo de sessenta dias a contar do protocolo, sendo-lhe fornecida certidão, se a requerer.

§ 3º - É facultado a todos o acesso gratuito ao conhecimento do que constar a seu respeito nos registros em banco de dados do Município, públicos, ou privados, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir, a qualquer tempo, sua retificação e atualização.

§ 4º - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

~~§ 5º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou abusos, perante o Tribunal de Contas do Estado, exigir-lhe completa apuração e devida aplicação das sanções legais aos responsáveis, ficando a autoridade que receber a denúncia ou requerimento, de providenciar a solução e a manifestar-se sobre a matéria.~~

§ 5º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou abusos, perante a autoridade competente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 6º - A denúncia deverá ser instruída com documentos que revelem indícios suficientes a apuração dos fatos.

§ 7º - Assiste ao cidadão legitimidade para postular perante os órgãos públicos municipais, a apuração de responsabilidade, em caso de danos ao meio ambiente, conforme o disposto em lei.

### CAPÍTULO III

#### Da Estrutura Administrativa

~~Art.98. A Administração Municipal é constituída dos órgãos interessados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídicas própria que a compõem.~~

Art.98. A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídicas própria que a compõem. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração Indireta do município se classificam em:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por Lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - Empresa pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo do Município, criada por lei para exploração de atividades econômicas que o governo municipal seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III - Sociedade de economia mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou entidade da Administração Indireta;

IV - Fundação pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude da autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão.

§3º - A entidade de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo adquire personalidade jurídica com a inscrição de escritura pública de sua constituição ao registro civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

### CAPÍTULO IV

#### Dos Atos Municipais

##### SEÇÃO I

#### Da Publicidade dos Atos Municipais

~~Art. 99. A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal conforme o caso.~~

Art. 99. A publicação das leis e atos municipais far-se-á por meio de veículo oficial de imprensa, nos meios eletrônicos e físicos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á por meio de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º - A publicação dos atos não normativos pela imprensa poderá ser resumida.

Art. 100. O Prefeito fará publicar:

I - Diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II - Mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III - Mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e recursos recebidos;

IV - Anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, sua forma sintética.

Parágrafo único - A infringência aos incisos deste artigo, sem justificativa, importa em crime de responsabilidade, nos termos da lei federal. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

##### SEÇÃO II

#### Dos Atos Administrativos

Art. 101. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de leis;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para luta de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) Permissão para exploração de serviços públicos e uso dos bens municipais;
- h) Medidas exercidas do Plano Diretor do Município;
- i) Normas de efeitos externos, não privativos de lei;
- j) Fixação e alteração de preços dos serviços prestados pelo Município.

II - portarias, nos seguintes casos:

- a) Provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) Abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) Instituir e destituir grupos de trabalhos;
- e) Outros casos determinados em lei ou decreto.

III - contrato, nos seguintes casos:

- a) Admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do art. 17º, IX, Lei Orgânica;
- b) Execução de obras e serviços municipais, nos termos da Lei.

§ 1º - Os atos constantes dos itens II e III deste artigo poderão ser delegados.

§ 2º - Os casos não previstos neste artigo obedecerão à forma de atos, instruções ou avisos da autoridade responsável.

#### SEÇÃO III

##### Das Proibições

Art. 102. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por patrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses depois de findas as respectivas funções.

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 103. A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar como Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

#### SEÇÃO IV

##### Das Certidões

~~Art. 104. A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender as requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.~~

Art. 104. A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

#### CAPÍTULO V

##### Dos Bens Municipais

Art. 105. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços

Art. 106. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídos.

Parágrafo único: Compete ao órgão responsável dar publicidade da descrição detalhada e a localização do bem móvel adquirido. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 107. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I - Pela sua natureza;

II - Em relação a cada serviço;

~~Parágrafo Único - Deverá ser feita anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os II - quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificada pelo Executivo.~~

Parágrafo Único - Deverá ser feita anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens, quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificada pelo Executivo. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 108. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

~~I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;~~

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - Quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificada pelo Executivo.

Art. 109. O Poder Executivo Municipal mediante autorização do Poder Legislativo, aprovado por dois terços (2/3) dos seus membros, poderá vender qualquer imóvel pertencente ao patrimônio público municipal.

~~1º - Os recursos oriundos da venda de imóveis mencionados neste artigo deverão ser investidos em construção de moradias que serão destinadas a pessoas reconhecidamente pobres, na forma da lei.~~

§ 1º - Os recursos oriundos da venda de imóveis mencionados neste artigo deverão ser investidos em construção de moradias destinadas às pessoas pobres, na forma da Lei, à aquisição de outros bens públicos cuja destinação atenda à sua função social, bem como à manutenção destes. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - O adquirente, mediante acordo com o Executivo, poderá pagar o móvel adquirido construindo as moradias previstas no parágrafo anterior.

~~§ 3º - O comprador adquirindo imóvel do Município por força desta Lei, terá prazo de um ano para iniciar a construção e dois para concluí-la.~~

§ 3º - O comprador, adquirindo imóvel do Município por força desta Lei, terá prazo de um ano para iniciar a construção e dois para concluí-la, a contar da transmissão do bem. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 4º - As moradias de que trata esta lei terão no mínimo uma área de cem metros quadrados (100m²). (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

Art. 110. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º - A concorrência poderá ser dispensada por lei quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultante de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação.

§ 3º - As áreas resultantes de modificações de alinhamentos serão alienadas nas mesmas condições previstas no parágrafo anterior.

~~Art. 111. O Poder Executivo poderá regularizar a situação dos terrenos que tenham sido invadidos, loteando-os a preços acessíveis aos favelados, na forma da Lei.~~

Art. 111. O Poder Executivo poderá regularizar a situação dos terrenos que tenham sido invadidos, loteando-os a preços acessíveis, na forma da Lei. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 112. Os terrenos de propriedade do Município que forem doados a entidades filantrópicas, religiosas ou de representação profissional, terão área livre nunca inferior a trinta por cento (30%) da construção.

~~Parágrafo único - Os donatários de terrenos de propriedade do Município ficam impedidos de aquisição de outros terrenos da municipalidade pelo prazo de cinco anos.~~

§ 1º - Os donatários de terrenos de propriedade do Município ficam impedidos de aquisição de outros terrenos da municipalidade pelo prazo de cinco anos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - Deixando de ser cumprida sua função social a que foi inicialmente estabelecida, o bem doado será revertido ao patrimônio do município. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 113. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

~~Art. 114. É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas.~~

Art. 114. É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo se previsto no projeto urbanístico. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 115. O uso de bens municipais por terceiros só poderá ser feito mediante concessão ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme exigência do interesse público.

§ 1º - A concessão de uso dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade de ato, ressalvada a hipótese do § 1º do



art. 110º desta Lei Orgânica.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos do uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário por ato unilateral do Prefeito, por meio de decreto.

Art. 116. A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, terminais rodoviários, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da Lei e regulamentos respectivos.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Obras e Serviços Municipais

Art. 117. É responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las em particular por meio de processo licitatório.

~~Art. 118. Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que conste:~~

Art. 118. Nenhuma obra pública será realizada sem que conste no mínimo: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - O respectivo Projeto;

II - O orçamento do seu custo;

III - A indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;

IV - A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público.

Art. 119. A concessão ou a permissão de serviço público somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato, precedido de licitação.

§1º - Serão nulas de pleno direito as concessões e permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e à fiscalização da administração municipal, cabendo ao Prefeito Municipal aprovar as tarifas respectivas.

Art. 120. Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos nas formas que dispuser a legislação municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

I - Planos e programas de expansão dos serviços;

II - Revisão da base de cálculo dos custos operacionais;

III - Política tarifária;

IV - Nível de atendimento da população em termos de quantidade e qualidade;

V - Mecanismos para atendimento de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros.

Parágrafo Único - Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste artigo poderá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art. 121. As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, no mínimo uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando em especial sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Art. 122. Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos, serão estabelecidos, dentre outros:

I - Os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;

II - As regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro de contrato;

III - As normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo adequado e acessível;

IV - As regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e de remuneração de capital, ainda que estipuladas em contrato anterior;

V - A remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

IV - As condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão;

~~Parágrafo Único - Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem a dominação do mercado, à exploração monopolista e ao aumento abusivo de lucros.~~

Parágrafo Único - Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolista e aumento abusivo de lucros. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 123. O Município poderá revogar a concessão ou a permissão dos serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou até pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento dos usuários.~~

Art. 123. O Município poderá revogar a concessão ou a permissão dos serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento dos usuários. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 124. As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser procedidas de ampla publicidade, inclusive em jornais da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.~~

Art. 124. As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser procedidas de ampla publicidade, com a devida publicação em veículo oficial de imprensa, bem como em jornais de ampla circulação no estado, mediante edital ou comunicado resumido. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 125. As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgão de sua administração descentralizada serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Parágrafo Único - Na formação do custo dos serviços de natureza industrial, computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão de serviços.

Art. 126. O Município poderá consorciar-se com outros municípios para a realização de obras ou prestação de serviços públicos do interesse comum.

Parágrafo Único - O Município deverá propiciar meios para criação, nos consórcios, de órgãos consultivos constituídos por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.

Art. 127. Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência para a execução de serviços em padrões adequados ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

Parágrafo Único - Na celebração de convênios de que trata este artigo, deverá o Município:

I - Propor os planos de expansão dos serviços públicos;

II - Propor critérios para fixação de tarifas;

III - Realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

Art. 128. A criação pelo Município de entidade de administração indireta para execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua autossustentação financeira.

Art. 129. Os órgãos colegiados das entidades de administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

#### TÍTULO IV

##### Da Tributação Municipal da Receita e Despesa

##### e Do Orçamento

Da Tributação Municipal e do Orçamento (Redação dada pela Emenda 04/2016)

#### CAPÍTULO I

Dos Tributos Municipais

Art. 130. Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - Imposto sobre:

1. Propriedade predial e territorial urbana;
2. Transmissão Inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição;
3. ~~Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto de óleo diesel; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2012)~~
4. Serviço de qualquer natureza, definidos em lei complementar.

II - Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

~~§ 2º - O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nestes casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.~~

§ 2º - O imposto previsto no inciso I, alínea "b", não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nestes casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 131. Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado, à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 131 - A. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pelo Município, sem prévia notificação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§1º - Da notificação do lançamento do crédito tributário, o contribuinte poderá ser cientificado pessoalmente, por via postal, por correspondência eletrônica ou por meio de publicação de edital em veículo oficial de imprensa. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - Da notificação do lançamento do crédito tributário caberá reclamações e recursos, na forma disciplinada em lei, à Secretaria da Fazenda Municipal, competindo aos órgãos de julgamento decidir em nível de primeira e segunda instâncias administrativas. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 132. O Município criará, na forma da lei, colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias econômicas e profissionais, com atribuições para decidir, em grau de recurso, as reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias.

Parágrafo Único - ~~Enquanto não for criado órgão previsto neste artigo, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal.~~ (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

~~Art. 133. O Prefeito Municipal promoverá, periodicamente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais, desde que não ultrapasse o valor da correção monetária praticada no período revisado.~~

Art. 133. O Prefeito Municipal promoverá, anualmente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais de acordo com os índices oficiais de atualização. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - A base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, será atualizado anualmente, antes do término do exercício, para vigorar no seguinte, podendo ser criada comissão da qual participarão além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes na forma prevista em Decreto do Prefeito Municipal.

~~§2º - A atualização de base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedade civil, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.~~

§2º - A atualização de base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedade civil, obedecerá aos índices oficiais de atualização e deverá ser realizada anualmente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 3º - A atualização de base de cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.~~

§ 3º - A atualização de base de cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices de atualização e deverá ser realizada anualmente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 4º - A atualização da base de cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de mistos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, observados os seguintes critérios:~~

§ 4º - A atualização da base de cálculo das taxas de serviços será realizada de acordo com o disciplinado em Lei Complementar. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~I - Quando a variação do custo for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetária, poderá ser realizada mensalmente; (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~II - Quando a variação for superior àqueles índices a atualização monetária, poderá ser feita mensalmente até esse limite, ficando o percentual restante para ser atualizado por meio de lei que deverá estar em vigor, antes do início do exercício subsequente. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

Art. 134. A concessão de isenção ou anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 134. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias tratadas neste capítulo ou correspondente a qualquer tributo, aprovada por 2/3 (dois terços) da Câmara Municipal. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 135. A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que a autorize ser aprovada por maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 136. A concessão de isenção, anistia ou moratória, não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que não satisfaça ou não cumpra os requisitos para sua concessão.

Art. 136. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 137. É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa de créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação tributária, com o prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo com regular tramitação.~~

Art. 137. É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa de créditos provenientes de tributos de competência municipal e multas decorrentes de infrações à legislação tributária, com o prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo com regular tramitação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 138. Ocorrendo a decadência do direito de constituir crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei, contra o servidor que praticar referidos atos.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função e independente do vínculo que possuir com o Município responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorridas sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados, em tempo hábil.

CAPÍTULO II

Dos Preços Públicos

Art. 139. Para se obter o ressarcimento da prestação de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único - Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e serão reajustados quando se tornarem deficitários.

Art. 139-A. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

CAPÍTULO III

Das Finanças Públicas

SEÇÃO I

Da Receita e Da Despesa

~~Art. 140. A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.~~

Art. 140. A receita municipal constituir-se-á de todos os recursos instituídos ou arrecadados pela Administração Pública com a finalidade de atender as necessidades da sociedade, recursos estes com fontes e fatos geradores próprios que são incorporados definitivamente ao patrimônio do Município, observada a legislação vigente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 142. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto. (Revogado pela Emenda 04/2016)~~

~~Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes. (Revogado pela Emenda 04/2016)~~

Art. 143. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da lei complementar prevista na art.146 da Constituição Federal.

§ 2º - Do lançamento do tributo cabe recursos ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de quinze dias, contados da notificação.

Art. 144. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art.145. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 146. Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 147. As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

SEÇÃO II

Do Orçamento

Art.148. A elaboração e a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual obedecerão às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e Orçamentário.

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art.149. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, Lei De Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara, a qual caberá:

I - Examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - Examinar e emitir parecer sobre os planos programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara;

III - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - Sejam compatíveis com o plano plurianual;

I - Sejam compatíveis com o plano plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - Indiquem os recursos necessário, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluída as que incidam sobre:

1. Dotações para pessoal e seus encargos;
2. Serviço de dívida; ou
3. Sejam relacionados com a correção de erros ou omissões; ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

~~Art. 150 - A lei orçamentária compreenderá:~~

Art. 150. A Lei Orçamentária Anual compreenderá: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~I - O orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta;~~

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - O orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 151. O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

~~§ 1º - O não cumprimento do disposto no "caput" deste artigo implicará a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor. (Revogado pela Emenda 01/2012)~~

§ 2º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da pane que deseja alterar.

Art. 152. A Câmara não enviando, no prazo consignado na Lei Complementar Federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 153. Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte o orçamento do exercício em curso, aplicando-lhe a atualização dos valores.

Art. 154. Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariarem o disposto nesse Capítulo, as regras do processo legislativo.

Art. 155. O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custo de todos os serviços municipais.

~~Art. 156. O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem a fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição:~~

Art. 156. O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem a fixação da despesa anteriormente autorizada. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~I - Autorização para abertura de créditos suplementares;~~

~~II - Contratação de Operações de créditos, ainda que por antecipação de receita nos termos da lei.~~

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - Autorização para abertura de créditos suplementares; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - Contratação de Operações de créditos, ainda que por antecipação de receita nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 157. São vedados:

I - Início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

~~III - A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria qualificada;~~

III - A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria absoluta; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~IV - A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 a 159 da Constituição Federal;~~

IV - A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII da Constituição Federal, a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º do art. 167 da Constituição Federal vigente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - A utilização sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X - Transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelo Governo Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do Município; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

XI - A utilização dos recursos provenientes das contribuições previdenciárias, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime próprio de previdência social. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 158. Os recursos correspondentes a dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhes-ão entregues até o dia vinte de cada mês.

~~Art. 159. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.~~

Art. 159. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carteiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos Órgãos e entidades da Administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## TÍTULO V

Da Ordem Econômica e Social

### CAPÍTULO I

Da Política de Saúde

~~Art. 160. A saúde é direito de todos os Municípios e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.~~

Art. 160. A saúde é direito de todos os Municípios e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 161. Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

I - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

~~II - o Município buscará:~~

1. solução para as causas de insalubridade, independentemente, do pagamento aos seus servidores do adicional previsto em lei;
2. colocar suas funcionárias, quando notificadas de gravidez, em local não insalubre garantindo-lhes exames médicos periódicos.

II - Solução para as causas de insalubridade, independentemente, do pagamento aos seus servidores do adicional previsto em lei; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~III - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;~~

III - colocar suas funcionárias servidoras, quando notificadas de gravidez, em local não insalubre garantindo-lhes exames médicos periódicos; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~IV - acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, sem qualquer discriminação.~~

IV - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, sem qualquer discriminação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 162. As ações de saúde são de relevância pública devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, complementares, através de serviços de terceiros.~~

Art. 162. As ações de saúde são de relevância pública devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, de modo complementar, através de serviços de terceiros. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência de saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiro.

Art. 163 - São atribuições do Município, no âmbito do sistema único de saúde:

~~I - planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;~~

I - planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual e federal; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

~~II - Executar serviços de:~~

1. vigilância epidemiológica;
2. vigilância sanitária;
3. alimentação e nutrição.

III - planejar, gerir, executar e monitorar as ações de serviços de saúde do Município, especialmente referentes à: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

1. vigilância epidemiológica; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
2. vigilância sanitária; (Redação dada pela Emenda 04/2016)
3. vigilância nutricional. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IV - planejar e executar a política do saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

V - fiscalizar agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VI - executar a política de insumos e equipamentos para saúde;

VII - formar consórcios intermunicipais de saúde;

VIII - gerir laboratórios públicos de saúde;

~~IX - avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;~~

IX - avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde e com Instituições de Ensino Públicas e Privadas com cursos na área de Ciências da Saúde; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

X - construir postos de combate às moléstias específicas, contagiosas e infectocontagiosas;



~~XI – formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;~~

XI - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através da Educação Infantil e Ensino Fundamental; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~XII – combate ao de tóxicos e entorpecentes;~~

XII - combate, prevenção do uso de tóxicos e entorpecentes, bem como o tratamento de dependentes. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art.164 – As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram toda a rede regionalizada hierarquizada constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:~~

~~I – comando único exercido pela Secretária Municipal de Saúde ou equivalente;~~

~~II – integridade na prestação das ações de saúde;~~

~~III – organização de distritos sanitários com alocação de recursos técnicos e práticos de saúde adequadas a realidade epidemiológica local;~~

~~IV – participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais, na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal de caráter deliberativo e partidário.~~

Art.164. As ações e os serviços de saúde realizados no Município devem observar os princípios e diretrizes estabelecidos para o Sistema Único de Saúde, organizado de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos em Lei Federal: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente, assegurada a participação popular; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - integridade na prestação das ações de saúde;

III - organização de distritos sanitários com alocação de infraestrutura, equipamentos e pessoal, recursos técnicos e práticos de saúde adequados à realidade epidemiológica local; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IV - participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais, na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal de caráter deliberativo e paritário. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Diretor de Saúde e serão fiados segundo os seguintes critérios:

I - área geográfica de abrangência;

II - descrição da clientela;

III - resolutividade de serviços à disposição da população.

~~Art. 165 – O Município criará, através de lei, o Conselho Municipal de Saúde, com as seguintes atribuições:~~

Art. 165. Lei Municipal disporá sobre o Conselho Municipal de Saúde, para exercer o controle social das ações da política e dos serviços de saúde. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

1. formular a política municipal de saúde; (Revogado pela Emenda 04/2016)

2. planejar e fiscalizar a distribuição dos serviços destinados à saúde; (Revogado pela Emenda 04/2016)

3. fiscalizar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do plano municipal de saúde. (Revogado pela Emenda 04/2016)

~~Parágrafo Único – Participação do Conselho Municipal de Saúde: um médico, dois enfermeiros e dois assistentes sociais, além das entidades previstas no inciso IV do art. 165 dessa Lei Orgânica. (Revogado pela Emenda 04/2016)~~

Art. 166. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 167. O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos do Orçamento do Município, do Estado, da União e da Seguridade Social, além de outras fontes.

§1º- Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§2º – O montante das despesas de saúde; não deverá ser inferior a dez por cento da receita resultante de impostos e transferências recebidas do Estado e União. (Revogado)

§ 3º- É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

## CAPÍTULO II

Da Política Educacional, Cultural e Esportiva

SEÇÃO I (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Da Política Educacional (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 168. A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

~~Parágrafo Único – Será criado através de lei complementar o Conselho Municipal de Educação e Cultura, com a finalidade de deliberar, assessorar e fiscalizar toda política educacional e cultural de Mossoró.~~

Parágrafo Único - Lei Municipal disporá sobre o Conselho Municipal de Educação, para exercer o controle social das ações da Política Municipal de Educação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 169. O ensino é ministrado com base nos seguintes princípios:

~~I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;~~

~~II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;~~

~~III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;~~

~~IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;~~

~~V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos na forma da lei;~~

~~VI – planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional;~~

~~VII – ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e título, observados, no que couber, os arts. 26, § 6º e 110 da Constituição Federal;~~

~~VIII – regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município;~~

~~IX – melhor remuneração ao exercício do magistério nas localidades rurais;~~

~~X – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; (Revogado Pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~XI – garantia de padrão de qualidade; (Revogado Pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~XII – adequação do ensino à realidade municipal. (Revogado Pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

Art. 169. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - valorização dos profissionais da educação, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VII - garantia de padrão de qualidade de acordo com as diretrizes estabelecidas nos termos da Legislação vigente; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IX – Garantia de oferta de Educação em tempo integral. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 170. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

~~Art. 171. São fixados conteúdos mínimos e Ensino Fundamental, de modo a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais, cívicos e artísticos, nacionais e regionais.~~

Art. 171. São fixados conteúdos mínimos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, de modo a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais, cívicos e artísticos, nacionais e regionais. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de primeiro e segundo graus.~~

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 2º - As escolas públicas de primeiro e segundo graus, incluem entre as disciplinas oferecidas, o estudo da cultura Norte Rio-grandense, envolvendo as noções básicas da literatura, das artes plásticas e do folclore do Município.~~

§ 2º - As escolas públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluem entre as disciplinas oferecidas, o estudo da cultura Norte Rio-grandense, envolvendo as noções básicas da literatura, das artes plásticas e do folclore do Município. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 172. O Município organizará em regime de colaboração com o Estado e a União, seu sistema de ensino visando à garantia de:

~~I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;~~

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;~~ (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

~~III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;~~

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, na rede regular de ensino; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;~~

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, considerando-se o ritmo de aprendizagem e as potencialidades individuais;

VI - oferta e ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

~~§ 1º - O Município atuará prioritariamente na pré-escola, adequando o calendário escolar às peculiaridades climáticas e às condições sociais e econômicas de forma flexível;~~

§ 1º - O Município atuará prioritariamente na educação infantil e ensino fundamental, adequando o calendário escolar às peculiaridades climáticas e às condições sociais e econômicas de forma flexível; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 2º - Compete ao Poder Público Municipal recensear os educandos do ensino fundamental.~~

§ 2º - Compete ao Poder Público Municipal recensear os educandos do ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 3º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público Municipal, ou sua oferta irregular, importam responsabilidade da autoridade competente.~~

§ 3º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público Municipal, ou sua oferta irregular, importam responsabilidade da autoridade competente, nos termos da lei específica. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 4º - O Município assegurará à criança de zero a seis anos a educação pré-escolar obrigatória, pública e gratuita, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento bio-social, psico-afetivo e intelectual.~~

§ 4º - O Município assegurará à criança de zero a cinco anos a educação pré-escolar obrigatória, pública e gratuita, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento biossocial, psico-afetivo e intelectual. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 173. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino.~~

Art. 173. O Município aplicará, anualmente, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo único: Compete ao município na oferta da educação infantil e ensino fundamental, o mínimo de 30% (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 174. A lei estabelecerá os planos estadual e municipal de educação, de duração plurianual, visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino aos seus diversos níveis, etapas e modalidades à integração das ações do Poder Público que conduzam a:~~

Art. 174. A lei estabelecerá o plano municipal de educação, de duração decenal, visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino aos seus diversos níveis, etapas e modalidades à integração das ações do Poder Público que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo,

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do Município.

~~Art. 175. O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico-cultural a pesquisa e a capacitação docente.~~

Art. 175. O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico cultural a pesquisa e a formação continuada aos profissionais da educação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - A pesquisa sobre temas regionais receberá tratamento prioritário da administração municipal, tendo como vista os bens públicos e o progresso da ciência e da técnica.

~~§ 2º - O Município estimulará as empresas que investirem em pesquisa, formação e aperfeiçoamento de professores e técnicos, bem como as que investirem no desenvolvimento cultural da Região.~~

§ 2º - O Município estimulará as empresas que investirem em pesquisa, formação e aperfeiçoamento de professores e técnicos, bem como as que investirem no desenvolvimento artístico e cultural da Região. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 176. Será criado por lei, o Centro de Tradições Mossoroense - CTM, objetivando a pesquisa e o incentivo ao movimento cultural da cidade e da região, através do apoio as mais diversidades populares.~~ (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

~~§ 1º - O Centro de Tradições Mossoroenses ficará subordinada à Secretaria de Educação do Município e da sua diretoria, farão parte, obrigatoriamente: um representante da própria Secretaria, o diretor do Centro Histórico e Cultural Manoel Hemetério, um representante da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte e em representante da Câmara dos Vereadores.~~ (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

~~§ 2º - O mandato da diretoria será de dois anos, com direito a uma única renovação por igual período.~~ (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

~~Art. 177. A expansão da rede municipal de ensino, para o ensino médio e superior, está condicionada a comprovação do pleno atendimento das necessidades da educação infantil e ensino fundamental.~~

Art. 177. A expansão da rede municipal de educação, para o ensino médio e superior, está condicionada a comprovação do pleno atendimento das necessidades do ensino pré-escolar e fundamental. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Parágrafo Único – O Município poderá incluir ao currículo escolar disciplinas referentes à saúde e criar mini ambulatórios para os primeiros socorros, em suas escolas.~~

Parágrafo Único - O Município deverá incluir ao currículo escolar temas transversais, nos termos de lei específica. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

SEÇÃO II (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Da Política Cultural (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 178. O Município garantirá a todos pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.~~

Art. 178. O Município garantirá a todos pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos Municipal, Estadual e Nacional.

~~Art. 179. Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial contados, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mossoroense, nos quais se incluem:~~

Art. 179. Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial tomados, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mossoroense, nos quais se incluem: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

V - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Município, por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação e de cautelamento e preservação.~~

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Município, por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de cautelamento e preservação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quanto delas necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio são punidos, na forma da lei.

§ 5º - O poder Público assegurará os meios e as condições para o funcionamento eficiente da Biblioteca Pública Municipal, documentação e arquivos, como órgãos executores da política de incentivo à leitura, à preservação do patrimônio bibliográfico, documental e o intercâmbio com as instituições congêneres.

§ 6º - Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo Município com razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas.

SEÇÃO III (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Da Política Esportiva (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 180. É dever do Município fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de todos, observados:~~

Art. 180. É dever do Município fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III - O tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social.

~~§2º - O Município não custeará e estipulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatório nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares.~~

§2º - O Município estimulará, por todos os meios, a prática esportiva. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 3º - O Município instituirá plano bienal para o desporto e lazer, e o executará conforme lei.~~

§ 3º - O Município instituirá plano municipal de esporte e lazer, e o executará conforme lei específica. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 181. O Município não custeará entidades desportivas profissionais.

~~Art. 182. O Município deverá estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito, em articulação com o Estado. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

CAPÍTULO III

Da Política de Assistência Social

~~Art. 183. A ação dos Municípios, no campo da assistência social, buscará a participação das associações representativas da comunidade e objetivará formular, desenvolver e promover:~~

1. A integração do indivíduo ao mercado de trabalho e ao meio social;
2. O amparo criança abandonada e assistência ao idoso, visando assegurar suas participações na comunidade;
3. Integração das comunidades carentes;
4. Atendimento preferencial aos maiores de sessenta e cinco anos de idade nos seus postos de saúde e órgãos da administração direta e indireta;
5. Assistência jurídica aos necessitados através de departamento a ser criado por lei;
6. Criação do Conselho Municipal de defesa da criança, da mulher e do idoso, na forma da lei. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Art. 183. A política da assistência social do Município de Mossoró será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - a proteção integral à família, à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - a proteção crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - a promoção da integração do mercado de trabalho; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IV - a reabilitação e habilitação da pessoa com deficiência, promovendo-lhe a melhoria da qualidade de vida e a integração na vida comunitária; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V – a oferta do Serviço de Proteção; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VI - Criação do Conselho Municipal de defesa da criança, da mulher e do idoso, na forma da lei. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Parágrafo único – Caberá ao Município de Mossoró, apresentar para revalidar ou não o plano municipal de assistência social por ocasião da conferência municipal, contendo banco de dados consistentes, acessíveis e públicos, com referência ao usuário da zona urbana e rural, bem como os avanços obtidos com a política de assistência. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 183 –A. O Município estabelecerá plano de ações na área da assistência social observada as seguintes diretrizes: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195 da CF, além de outras fontes, II – tomar conhecimento de todos os programas, projetos e serviços na área de assistência social, desenvolvidos no âmbito do Município independente de ser ente público ou não. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 183 – B. O Município poderá firmar convênios com entidades do 3º setor, devidamente cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social para a execução do SUAS, sob pena de nulidade. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 183 – C. O Município, na formulação e na aplicação de suas políticas sociais, visará oportunizar a família condições para a realização de suas relevantes funções sociais. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 183 – D. É dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 183 – E. O Município, em conjunto com a sociedade, criará e manterá Programas socioeducativos e de assistência jurídica destinados ao atendimento de criança e adolescente privados das condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento e incentivará os programas de iniciativa das comunidades, mediante apoio técnico e financeiro, vinculado ao orçamento, de forma a garantir-se o completo atendimento dos direitos constantes desta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 183 – F. O Município promoverá condições que assegurem amparo à pessoa idosa, no que respeite à sua dignidade e ao seu bem-estar. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - O amparo ao idoso será, quando possível, exercido no próprio lar. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - Para assegurar a integração do idoso na comunidade e na família, serão criados centros diurnos de lazer e de amparo à velhice. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 183 – G. O Município, isoladamente ou em cooperação, criará e manterá: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II – Unidades de escuta e ou de serviços especializados a mulher, a criança e o idoso vítimas de violência no âmbito da família ou fora dele; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IV - Centros de orientação jurídica à mulher formados por equipes multidisciplinares; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

V - Centros de apoio e acolhimento à menina de rua que a considerem em suas especificidades. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 183 – H. O município poderá firmar convênios/ parcerias com organizações não governamentais devidamente cadastradas no conselho municipal de assistência social para execução do sistema único da assistência social, sob pena de nulidade. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

#### CAPÍTULO IV

##### Da Política Econômica

~~Art. 184. O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seu território contribuam para elevar o nível de vida e o bem-estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano.~~

Art. 184. O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seu território contribuam para elevar o nível de vida e o bem-estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano e o desenvolvimento de novas tecnologias de produção. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Parágrafo Único - Para consecução do objetivo mencionado neste artigo, o Município atuará de forma exclusiva ou em articulação com a União ou com o Estado.~~

Parágrafo único - Para consecução do objetivo mencionado neste artigo, o Município atuará de forma exclusiva ou em parceria com a União, com o Estado, outros Municípios ou Parcerias Público Privada. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 185. Na promoção do desenvolvimento econômico o Município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de:~~

Art. 185. Na promoção do desenvolvimento econômico o Município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, observados os seguintes objetivos: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - Fomentar a livre iniciativa;

II - Privilegiar a geração de emprego;

III - Utilizar tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra;

~~IV - Racionalizar a utilização de recursos naturais;~~

IV - Fomentar a livre concorrência; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~V - Proteger o meio ambiente;~~

V - Promover o desenvolvimento sustentável; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VI - Proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;

~~VII - Dar tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil, às microempresas e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidade econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes;~~

VII - Dar tratamento favorecido às micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~VIII - Estimular o associativismo o cooperativismo e as microempresas;~~

VIII - Estimular o associativismo, o cooperativismo, as demais instituições de economia solidária, bem como as Parcerias Público Privadas; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~IX - Eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica;~~

IX - Flexibilizar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~X - Desenvolver ação direta ou reduzida junto a outra esfera de Governo, de modo a que sejam entre outros efetivados:~~

X - Desenvolver ações junto a outras esferas de Governo, de modo a que sejam, entre outros, efetivados: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

1. Assistência técnica;
2. Crédito especializado ou subsidiado;
3. Estímulos fiscais e financeiros;
4. Serviços de suporte informativo ou de mercado.

~~XI - Distribuir os benefícios e encargos do processo de desenvolvimento do Município, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana. (Redação dada pela Emenda 04/2016)~~

Art. 186. É de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter a infraestrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para esse fim.

Parágrafo Único - A atuação do Município dar-se-á, inclusive, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecendo a necessária infraestrutura destinada a viabilizar esse propósito.

Art. 187. A atuação do Município, na zona rural, terá como principais objetivos:

I - Oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condição de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural;

~~II - Garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar;~~

II - Promover o escoamento e a comercialização da produção, sobretudo nas centrais de abastecimento alimentar; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~III - Garantir a utilização racional dos recursos naturais.~~

III - Garantir a utilização sustentável dos recursos naturais. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

IV - Incentivar a ampliação e conservação de rede de estradas, eletrificação e rede de água potável. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 188. Como principais instrumentos para o fomento da produção na zona rural, o Município utilizar a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais.~~

Art. 188. Como principais instrumentos para o fomento da produção na zona rural, o Município poderá utilizar a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 189. O Município poderá consorciar-se com outras municipalidades com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas de interesse comum, bem como integrar-se em pesquisas de desenvolvimento regional a cargo de outras esferas de governo.~~

Art. 189. O Município poderá promover parcerias com outros Municípios com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas de interesse comum, bem como integrar-se em pesquisas de



desenvolvimento regional a cargo de outras esferas de governo. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 190. O Município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

- I - Orientação e gratuidade de assistência jurídica independente da situação social e econômica do reclamante;
- II - Criação de órgãos para defesa do consumidor;
- III - Atuação coordenada com a União e o Estado.

~~Art. 191. O Município dispensará tratamento jurídico diferenciado à microempresa de pequeno porte, assim definidas em legislação municipal.~~

Art. 191 – Poder Executivo criará e disponibilizará no prazo de 1 (um) ano, sistema de informações sócio econômicas. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 192. O Município poderá estabelecer legislação tributária, visando ao tratamento diferenciado para pequena e média empresa, conforme a lei.~~

Art. 192. O Município poderá estabelecer legislação tributária, visando ao tratamento favorecido para pequena e média empresa, os microempreendedores individuais, associações e cooperativas e demais instituições da economia solidária, conforme a lei. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 193. O Município, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, da segurança, do silêncio, do trânsito e da saúde pública.

~~Art. 194. Fica assegurada às empresas de pequeno porte a simplificação ou a eliminação, através de ato do Prefeito, de procedimentos administrativos em seu relacionamento com a Administração Municipal, direta ou indireta, especialmente em exigência relativas às licitações.~~

Art. 194. Fica assegurada às micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais ou entidades de economia solidária a simplificação ou a eliminação, através de ato do Prefeito, de procedimentos administrativos em seu relacionamento com a Administração Municipal, direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 195. Os portadores de deficiência física, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.~~

Art. 195. As pessoas com deficiência, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

## CAPÍTULO V

Da Política Urbana e de Transporte

SEÇÃO I (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Da Política Urbana (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 196. A política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município.

§ 1º As funções sociais da cidade dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando-lhes condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do Município.

~~§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social que atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.~~

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos sendo feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.~~

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - Parcelamento ou edificação compulsória;

II - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - Desapropriação com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovado pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§5 A partir da promulgação desta lei, os proprietários dos espaços vazios, não utilizados ou subutilizados, localizados dentro do perímetro urbano, poderão ser notificados pela prefeitura, conforme conveniência e necessidade, a apresentarem o projeto de utilização no prazo de um ano. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 197. O plano diretor, aprovado diante da realidade atual pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município.~~

Art. 197. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - O plano diretor fixará os critérios que assegurem a função social da propriedade; cujo uso e ocupação devem respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental, natural, construído e o interesse da coletividade.

~~§ 2º - O plano diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada.~~

§ 2º - O plano diretor deverá ser revisado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada, mediante realização de audiência pública. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 3º O plano diretor definirá as áreas especiais de interesse social, urbanístico ou ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

§ 4º No Plano Diretor deverão ser reservados locais para o funcionamento de feiras livres de pequenos produtores e artesãos, que gozem de isenções de impostos municipais na comercialização de seus produtos.

~~§ 5º O plano diretor impedirá a construção e/ou ampliação de depósitos e refinarias de sal em áreas residenciais. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~§ 6º - O tapume ocupando no máximo metade do passeio, será obrigatório em todas as construções e demolições. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~§ 7º - As obras públicas municipais devem ser entregues à população, no máximo, três meses após a sua conclusão. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~§ 8º - Os proprietários dos terrenos baldios, que se encontrem localizados no perímetro urbano e em vias públicas pavimentadas ou calçadas, terão o prazo de seis meses, a partir da promulgação desta lei, para murá-los. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~§ 9º - As obras públicas serão adaptadas para atender os deficientes físicos.~~

§ 9º - As obras públicas serão adaptadas conforme normas de acessibilidade vigente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 10 - O plano diretor do município deverá conter:

I - A delimitação de áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico, que atendam aos padrões de controle de qualidade sanitária;

II - A delimitação de áreas destinadas à habitação popular, que atenderão aos seguintes critérios:

a) contiguidade às áreas de rede de abastecimento de água e energia elétrica, no caso de conjuntos habitacionais;

b) localização acima da cota máxima de cheias;

c) declividade inferior a trinta por cento, salvo se existirem no perímetro urbano áreas que atendam a esse requisito, quando será admitida uma declividade de até cinquenta por cento, desde que se obedecer aos padrões de projetos, a serem definidos em lei municipal.

III - A identificação das áreas urbanas para o atendimento ao disposto no art. 182 §4º da Constituição Federal;

IV - O estabelecimento de parâmetros máximos para parcelamento do solo e para edificação, que assegurem o adequado aproveitamento do solo;

~~V - As diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais consignando prioridades da administração pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada, em benefício de pessoas portadoras de com deficiência, menores carentes e idosos;~~

V - As diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais consignando prioridades da administração pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada, em benefício de pessoas com deficiência, menores carentes e idosos; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

VI - A eliminação das barreiras arquitetônicas em logradouros públicos, bem como aos veículos de transporte coletivo.

§ 11 - A prefeitura poderá permitir a concessão de outorga onerosa do direito de construir, bem como a exploração do potencial construtivo. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 198. Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos tributários, financeiros e de controle urbanístico existentes e à disposição do Município.~~

Art. 198. Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos tributários, financeiros e de controle urbanístico e ambiental existentes e à disposição do Município. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art.199. O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições do plano diretor, programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

§1º-A ação do Município deverá orientar-se para:

- I - Ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infraestrutura básica e servidos por transporte coletivo;
- II - Estimular e assistir tecnicamente projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;
- III - Urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização;
- IV - Priorizar serviços e obras na periferia da cidade onde residem as populações mais carentes;
- V - Investir, prioritariamente, nos pontos turísticos, parques, praças e áreas de lazer da cidade.

~~§ 2º- Na promoção de seus programas de habitação popular, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e, quando couber, estimular a iniciativa privada e contribuir para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população.~~

§ 2º- Na promoção de seus programas de habitação popular, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e entidades representativas, quando couber, estimular a iniciativa privada e contribuir para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 3º- O Poder Público Municipal somente liberará o habite-se para conjuntos residenciais, quando estes possuírem toda sua infraestrutura concluída.~~

§ 3º - O Poder Público Municipal liberará o habite-se para construções, quando estas possuírem toda sua infraestrutura concluída. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 4º - No caso dos empreendimentos multifamiliares, o Poder Público Municipal está autorizado a liberar habite-se parcial quando as áreas de utilização comuns estiverem concluídas. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 200. O Município, em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu plano diretor, deverá promover programas de saneamento básico destinados melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e os níveis de saúde da população.~~

Art. 200. O Município, em consonância com a sua política urbana e ambiental segundo o disposto em seu plano diretor, deverá promover programas de saneamento ambiental destinados melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e os níveis de saúde da população. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - A ação do Município deverá orientar-se para:

- I - Ampliar progressivamente a responsabilidade local pela prestação de serviços de saneamento básico;
- II - Executar programas de saneamento em áreas pobres atendendo à população de baixa renda, com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgoto sanitário;
- III - Executar programas de educação sanitária e melhorar o nível da participação das comunidades na solução de seus problemas de saneamento;
- IV - Levar à prática, pelas autoridades competentes, tarifas sociais para os serviços de água.
- IV - Implementar tarifas sociais para os serviços de água. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 201. O Município deverá manter articulação permanente com os demais Municípios da região e com o Estado visando à racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

SEÇÃO II (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Da Política Municipal de Transporte (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 202. O Município na prestação de serviços de transporte público, fará obedecer aos seguintes princípios básicos:

~~I- Segurança e conforto dos passageiros, garantindo, em especial, acesso às pessoas portadoras de deficiências físicas e senhoras gestantes, somente permitindo a circulação de novos ônibus que se encontrem adaptados para esta finalidade;~~

I - Segurança e conforto dos passageiros, garantindo, em especial, acesso às pessoas de deficiências físicas e senhoras gestantes, somente permitindo a circulação de novos ônibus que se encontrem adaptados para esta finalidade; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~II- Tarifa social, assegurada a gratuidade aos maiores de sessenta e cinco anos e assegurado desconto de cinquenta por cento aos estudantes;~~

II - Tarifa Social, assegurada a gratuidade aos maiores de sessenta anos, desde que reconhecidamente pobres, na forma da lei, e assegurado o desconto de cinquenta por cento aos estudantes em geral, com gratuidade total aos estudantes da rede pública de ensino ou bolsistas da rede privada, desde que reconhecidamente pobres, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

III - Proteção ambiental contra poluição atmosférica e sonora, inclusive tornando obrigatório o uso do sistema aéreo do escapamento dos coletivos;

IV - Integração entre sistemas e meios de transporte e racionalização das vias públicas por onde trafegam os transportes coletivos;

V - Prioridade a pedestres e usuários dos serviços;

VI - Participação das entidades representativas da comunidade e dos usuários no planejamento e na fiscalização dos serviços.

Parágrafo Único - Lei específica disporá acerca da isenção de que trata o Inciso II deste artigo. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 203. O Município, em consonância com sua política urbana e ambiental seguindo o disposto ao seu plano diretor, deverá promover planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições do transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito.

~~§ 1º- O Município criará o Conselho do usuário do transporte coletivo cuja composição será disciplinada em lei.~~

§ 1º- Lei Municipal disporá sobre o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 2º- O plano de transporte coletivos urbanos considerará todos os locais possíveis de atendimento ao usuário.~~

§ 2º- O Plano Municipal de Mobilidade Urbana considerará todos os locais possíveis de atendimento ao usuário. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§ 3º- O serviço de táxi terá seu reajuste tarifário por ocasião do reajuste dos transportes, urbanos~~

§ 3º- O serviço de táxi e mototaxi terá seu reajuste tarifário por ocasião do reajuste dos transportes, urbanos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 203-A. O Município deverá estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito, em articulação com o Estado. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

## CAPÍTULO VI

Da Política do Meio Ambiente

~~Art. 204. O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável, equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida.~~

Art. 204. O Município deverá atuar no sentido de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo a todos o dever de defende-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - Para assegurar efetivamente a esse direito, o Município deverá articular-se com órgãos estaduais, regionais e federais competentes e ainda, quando for o caso, com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

~~Art. 205. O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades, públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações simplificadoras no meio ambiente.~~

Art. 205. O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades, públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§1º - O Município estabelecerá plano plurianual de saneamento com a aprovação da Câmara Municipal determinando as diretrizes e os programas, atendidas as particularidades da bacia hidrográfica da cidade e os respectivos recursos hídricos.

~~§2º - O Município impedirá pelos meios necessários a devastação predatória da cobertura vegetal da fauna e da flora. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~§3º - A Lei disciplinará a emissão de sons e ruídos, produzidos por qualquer meios e espécies, considerando sempre, os locais e horários, e a natureza das atividades emissoras.~~

§3º - O município fiscalizará a emissão de sons e ruídos, produzidos por qualquer meios e espécies, considerando sempre, os locais e horários, e a natureza das atividades emissoras, aplicando a legislação pertinente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 206. O Município ao promover a ordenação de seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recintos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

~~Art. 207. A política urbana do Município e o seu plano diretor devendo contribuir para a proteção do meio ambiente, através da adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.~~

Art. 207. A política urbana do Município e o seu plano diretor deve contribuir para a proteção do meio ambiente, através da adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Parágrafo Único - Na construção de escolas e creches serão destinados trinta por cento da área total do terreno para formação e preservação de área verde, inclusive, garantindo locais adequados para a construção de áreas de lazer e esporte.

~~Art. 208. Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União e do Estado.~~

Art. 208. Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União, do Estado e do Município. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 209. As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.

Art. 210. O Município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização da proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados as informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.

~~§1º - A lei criará o órgão municipal de controle da poluição e preservação do meio ambiente.~~

§1º - A lei manterá o órgão municipal de controle da poluição e preservação do meio ambiente. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§2º - Os detritos sólidos portadores de agentes patogênicos e os de estabelecimentos hospitalares e congêneres, assim como animais mortos, alimentos e outros produtos de consumo humano condenados, deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos em transportes especiais para a devida incineração.~~

§2º - Os detritos sólidos portadores de agentes patogênicos e os de estabelecimentos hospitalares e congêneres, animais mortos, assim como resíduos perigosos deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos em transportes especiais para a devida destinação adequada, sob a responsabilidade do seu gerador. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§3º - O município se responsabilizará pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos domiciliares. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§4º - O município implementará e manterá o plano municipal de resíduos sólidos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

## CAPÍTULO VII

### Da Política de Turismo

~~Art. 211. O Município criará o Conselho Municipal de Turismo a ser regulamentado em Lei.~~

Art. 211. A política de turismo do Município de Mossoró promoverá o conhecimento e fruição das riquezas culturais e naturais do local, sendo pautada pelo respeito e preservação da identidade cultural local, sua diversidade, bem como do equilíbrio ambiental, sendo prioritárias as ações que fomentem grupos tradicionais e companhias artísticas locais. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§1º - Da composição do Conselho a que se refere este artigo participarão, sempre, representantes dos Poderes Executivos e Legislativo e da classe empresarial;~~

§1º A realização de grandes eventos festivos deverá obedecer aos princípios mencionados no caput. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~§2º - A Presidência do Conselho será de indicação exclusiva do Prefeito e terá mandato de dois anos, com direito à indicação por mais um período. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)~~

~~Art. 212. O guia turístico da cidade só será editado mediante prévia autorização do Poder Público Local, ouvida a assessoria de turismo.~~

Art. 212. O Município criará o Conselho Municipal de Turismo a ser regulamentado em Lei. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§1º - Da composição do Conselho a que se refere este artigo participarão, sempre, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§2º A Presidência do Conselho será de indicação exclusiva do Prefeito e terá mandato de dois anos, com direito à indicação por mais um período. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

## CAPÍTULO VIII

### Política de Segurança, de Defesa Civil e do Consumidor

~~Art. 213. A lei conferirá a órgãos da sociedade civil atribuições consultivas na colaboração da política de segurança do Município, com especificações regionais.~~

Art. 213 Caberá à Secretaria de Segurança Pública: (Redação dada pela Emenda 04/2016)

I - Exercer, no âmbito do município de Mossoró, monitoramento preventivo e comunitário de atos que possam configurar desvio da ordem, do sossego e da paz pública, promovendo mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos; (Redação dada pela Emenda 04/2016)

II - Atuar, de forma articulada com os órgãos municipais de políticas sociais, visando a ações interdisciplinares de segurança e defesa civil do Município. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 213. A lei conferirá a órgãos da sociedade civil atribuições consultivas na colaboração da política de segurança do Município, com especificações regionais.~~

Art. 213 - A. A lei conferirá a órgãos da sociedade civil atribuições consultivas na colaboração da política de segurança do Município, com especificações regionais. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§1º - O município criará o Conselho Municipal de Segurança Pública, com participação da Sociedade Civil e da População, nos termos da lei complementar. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§2º - O município elaborará como suporte ao Conselho Municipal de Segurança Pública, um Plano Municipal de Segurança Pública. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§3º - O Plano Municipal de Segurança Pública possui caráter diagnóstico e participativo, com prazo de cinco anos renovados a cada quinquênio. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 214. O Município dará apoio permanente a todas as iniciativas da Comissão de Defesa Civil.

Art. 215. O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos de lei complementar.

§1º - A Lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§2º - A investidura nos cargos de guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

## CAPÍTULO IX

### Da Política Agrária, Agrícola e de Abastecimento

~~Art. 216. O Município poderá criar na forma da lei a Secretaria Municipal de Agricultura.~~

Art. 216. O Município poderá criar na forma da lei a Secretaria Municipal de Agricultura, cujas competências e atribuições serão especificadas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

~~Art. 217. Na política agrária, agrícola e de abastecimento, o Município executará isolado ou conjuntamente com o Estado e a União, ações levando-se em conta, especificamente:~~

~~I - A comercialização agrícola e abastecimento;~~

~~II - O incentivo à pesquisa e à tecnologia;~~

~~III - A assistência técnica e extensão rural;~~

~~IV - O cooperativismo;~~

✓ – A eletrificação rural e irrigação.

§ 1º – As ações a serviços de fomento ao pequeno produtor são de natureza pública, cabendo ao Poder Público sua normatização e controle, devendo sua execução ser feita exclusivamente através de serviços públicos gratuitos.

§ 2º – O Município instituirá programas de apoio ao pequeno produtor rural com distribuição de sementes, ferramentas e defensivos agrícolas, gratuitamente, através de seu sindicato.

Art. 217 – A política agrícola e de abastecimento do município será orientada pelo incentivo à agricultura familiar, à produção agroecológica e eficiente, ao cooperativismo, à pesquisa científica, à promoção da extensão rural e do equilíbrio socioambiental no campo, bem como pelo combate à pobreza rural e às práticas produtivas predatórias da terra, do meio ambiente e do trabalho. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 1º - O Município poderá desenvolver ações específicas de apoio ao pequeno produtor agrícola, com vistas a promover seu avanço socioeconômicos e estimular uma produção racional, eficiente e ecologicamente sustentável. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

§ 2º - A.O Município deverá elaborar, anualmente, com ampla participação popular, o Plano Municipal de Agricultura, em que constem planejamentos e ações prioritárias que devam ser promovidas no setor agrícola e os resultados que, a partir delas, deverão ser obtidos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 218. A lei disciplinará a utilização de agrotóxicos no território do Município, vedada a concessão de qualquer benefício fiscal ou incentivo a produtos potencialmente causadores de poluição ou degradação de meio ambiente.

Dos Atos das Disposições Finais e Transitórias

Art. 1º As normas constantes nesta lei terão o prazo de um ano para a sua regulamentação.

Parágrafo Único - Transcorrido o prazo previsto neste artigo sem que haja a devida regulamentação, qualquer cidadão poderá provocar o Poder Judiciário para o seu cumprimento.

Art. 2º Será distribuído, gratuitamente, pela Prefeitura Municipal dois uniformes aos garis, motoristas, jardineiros, vigilantes, trabalhadores de usina de asfalto, eletricitistas, mecânicos, etc.

Art. 2º Lei Municipal disporá acerca da concessão do Equipamentos de Proteção Individual para os servidores públicos. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Art. 3º Aos garis e trabalhadores de usina de asfalto, eletricitistas, são fornecidos, além de uniformes, luvas, botas e outros equipamentos adequados às funções que exercem. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Art. 4º O Município deverá instalar geradores de energia nos seus serviços essenciais.

Parágrafo Único - Os serviços essenciais de que trata este artigo abrangem as áreas de saúde e sistemas de comunicação.

Art. 5º Mediante autorização do Poder Legislativo, aprovado por dois terços (2/3) dos seus membros, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com empresas privadas, para uso por prazo determinado, de terrenos, e outros próprios de patrimônio público, pagando com construção de obras de interesse social.

Art. 6º Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal, será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Art.6º A revisão da Lei Orgânica será realizada após 10 (dez) anos, contados a partir da data de sua promulgação.

Art. 7º. Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal, será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação. (Redação dada pela Emenda 04/2016)

Sala das Sessões "João Niceras de Moraes"

Palácio Rodolfo Fernandes, em Mossoró, 28 de dezembro de 2016.

Jório Régis Nogueira

Presidente

Alexsandro Vasconcelos Valentim	Sebastião Nacizio Silva
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
Genilson Alves de Souza	José Heronildes Alves da Silva
1º Secretário	2º Secretário
Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia Neto	Cícera Nogueira de Carvalho
3º Secretário	4º Secretário

Publicado por:  
ADMINISTRADOR  
Código Identificador: 444F5A63

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**PORTARIA Nº 028/2016 – GP/CMM**

O Presidente da Câmara Municipal de Mossoró, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos Arts. 25, 26 e 31 todos na íntegra, do Regimento Interno desta Casa de Leis,

Considerando a realização de Avaliação de Estágio Probatório conforme estabelecido na Resolução Nº 13/2015,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica divulgado o resultado final da Avaliação de Estágio Probatório, realizada em 2016 pela Comissão Permanente de Servidores da Câmara Municipal de Mossoró, dos servidores abaixo relacionados, os quais, segundo respectivos resultados, passam a ter, a partir da data de efetivação, estabilidade funcional.

Servidor	Cargo	Resultado da Avaliação	Data da Efetivação
Andressa Adna Cavalcante Moraes	Agente Administrativo	Aprovado	29 de novembro de 2016
Reinyxon Iglésias	Contador	Aprovado	29 de novembro de 2016
Breno Vinícius de Góis	Advogado	Aprovado	25 de junho de 2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,

Mossoró/RN, 27 de dezembro de 2016.

JORIO RÉGIS NOGUEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Mossoró – CMM

Publicado por:  
ADMINISTRADOR  
Código Identificador: 3BF4E316



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CULTURA ESPORTE E LAZER**

*Calendário Escolar – 2017  
Rede Municipal de Ensino*



## Apresentação:

O Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino é um documento norteador das ações pedagógicas que serão desenvolvidas no decorrer do ano letivo e tem por objetivo garantir a efetivação do Projeto Político Pedagógico das Escolas, assegurando o cumprimento dos 200 dias letivos e das 800 horas aulas para o aluno.

É elaborado pela Secretaria Municipal de Educação em consonância com a legislação educacional em vigor. Após elaboração e apreciação da equipe pedagógica o Calendário Letivo é homologado pelo Conselho Municipal de Educação (CME), resolução 01/2013, e publicado no Jornal Oficial de Mossoró (JOM).

O Calendário letivo traz as Diretrizes da Política Educacional, Visão de Futuro, Missão e Valores que são referência para a educação municipal, síntese dos bimestres, bem como, observa-se a distribuição dos dias letivos por mês, sábados destinados às extrarregências e Formação Continuada nas escolas/UEI's, período de férias escolares e eventos da Secretaria Municipal de Educação.

A Rede Municipal de Ensino é composta por 103 Unidades Educacionais, sendo 99 que ofertam Educação Básica em 61 escolas de Ensino Fundamental (32 localizadas na zona urbana e 29 na zona rural), 38 Unidades de Educação Infantil (36 localizadas na zona urbana e 02 na zona rural). Integram ainda a Rede, cinco Unidades de Apoio Educacional: o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), a Biblioteca Virtual Indústria do Conhecimento "Professora Terezinha Fernandes", o Portal do Saber "Vereador Vingt-Rosado Neto" e o Núcleo de Tecnologias Municipal (NTM) e o Ginásio de Esporte Engº Pedro Ciarlini.

### **Destacam-se entre as diretrizes da Política Educacional:**

- ✓ a democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira com base no efetivo funcionamento dos Conselhos Escolares, Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Conselho da Alimentação Escolar (CAE);
- ✓ a interação da família com a escola por meio de projetos e atividades que envolvam a participação dos responsáveis no processo de aprendizagem e formação das crianças;
- ✓ inclusão social por meio do Programa de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da Educação em Tempo Integral pelo Programa Mais Educação;, Escola Aberta e atividades de esporte e lazer.
- ✓ a dinamização do processo educacional por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação.

### **A oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental tem como princípios:**

- ✓ igualdade de condições para o acesso, permanência e aprendizagem de crianças e adolescentes nas Unidades Educacionais de Ensino;
- ✓ liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- ✓ pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- ✓ gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- ✓ valorização dos profissionais da educação;
- ✓ gestão democrática do ensino, garantida a participação de representantes da comunidade, na forma de lei;
- ✓ garantia de padrão de qualidade.

**A Educação do município de Mossoró atua como meio transformador de uma gestão político-administrativa comprometida com a construção de uma sociedade cidadã, tendo como referências:**

**MISSÃO**  
“Oferecer Educação Básica de Excelência, contribuindo efetivamente para o exercício da cidadania”.

**VISÃO DE FUTURO,**  
ser referência em qualidade na Educação Básica.

**VALORES,**  
sustentados pela  
Ética, Excelência e  
Equidade.



**CALENDÁRIO LETIVO 2017**

O ano letivo tem duração de 200 (duzentos) dias e o mínimo de 800 (oitocentas) horas de atividades educativas. Entende-se por dia letivo aquele que há efetivo trabalho escolar com planejamento relacionado ao Projeto Político Pedagógico de cada uma das Unidades Escolares, com o envolvimento de professores e alunos.

**SÍNTESE DO CALENDÁRIO LETIVO 2017**

* 06, 07 e 08/02/17	✓ ABERTURA DO ANO LETIVO: PALESTRAS, OFICINAS E REUNIÕES.		
* 09 e 10/02/2017	✓ PLANEJAMENTO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS		
* 13/02/2017	✓ 1º DIA DE AULA – INÍCIO DO ANO LETIVO		
<b>DISTRIBUIÇÃO DOS BIMESTRES</b>			
<b>BIMESTRE</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>DIAS LETIVOS</b>
1º	13/02/2017	28/04/2017	48
2º	02/05/2017	31/07/2017	55
<b>RECESSO ESCOLAR - De 26/06 a 09/07/2017</b>			
3º	01/08/2017	07/10/2017	48
4º	09/10/2017	20/12/2017	49
<b>TOTAL DE DIAS LETIVOS</b>			<b>200</b>
❖ 20/12/2017	✓ ENCERRAMENTO DO 4º BIMESTRE		
❖ 21/12 /2017	✓ RESULTADO PARCIAL		
❖ 22 a 26/12/ 2017	✓ PROVAS ESPECIAIS		
❖ 27 /12/2017	✓ RESULTADO FINAL E ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES		
❖ 28 e 29/12/2017	✓ ENTREGA DE RESULTADOS À SECRETARIA		

## 1º BIMESTRE - De 13/02 a 28/04/2017 - 48 dias letivos

D	S	T	Q	Q	S	S
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	❖ 13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

### FEVEREIRO - 10 DIAS LETIVOS

- 06, 07 e 08/02/2017 - Abertura do Ano Letivo: Palestras, oficinas.
- 09 e 10/02/2017 - Planejamento nas Unidades Educacionais
- ❖ 13/02/2017 - 1º Dia de aula. Início do 1º Bimestre
- 27 e 28/02/2017 - Carnaval

D	S	T	Q	Q	S	S
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	<input type="checkbox"/> 11
12	13	14	15	16	17	<input type="checkbox"/> 18
19	20	21	22	23	24	<input type="checkbox"/> 25
26	27	28	29	▪ 30	31	

### MARÇO - 21 DIAS LETIVOS

- 01/03/2017 - Quarta feira - CINZAS
- 11/03/2017 - Atividade de extrarregência.
- 15/03/2017 - Emancipação da Cidade de Mossoró
- 18/03/2017 - Atividade de Formação continuada realizada pela Escola/UEI
- 25/03/2017 - REPOSIÇÃO DE AULA
- 30/03/2017 - Entrega do Mapa Educacional

D	S	T	Q	Q	S	S
						01
02	03	04	05	06	07	<input type="checkbox"/> 08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	❖ 28	29
30						

### ABRIL - 17 DIAS LETIVOS (1º BM|)

- 08/04/2017 - Atividade de extrarregência.
- 13 e 14/04/2017 - Semana Santa
- 21/04/2017 - Tiradentes
- ❖ 28- Término de bimestre

## 2º Bimestre - De 02/05 a 31/07/2017 - 55 dias letivos

D	S	T	Q	Q	S	S
	01	❖ 02	03	04	05	☐ 06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	☐ 20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

### MAIO - 22 DIAS LETIVOS

- 01/05/2017 - Dia do Trabalho
- ❖ 02/05/2017 - Início do bimestre
- ☐ 06/05/2017 - Atividade de extrarregência
- ☐ 20/05/2017 - Atividade de Formação Continuada na Escola/UEI

D	S	T	Q	Q	S	S
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	❖ 10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	➤ 26	27	28	29	30	

### JUNHO - 17 DIAS LETIVOS

- ❖ 10/06/2017 - SÁBADO LETIVO
- ☐ 15/06/2017 - Corpus Chisti
- 26/06/2017 a 07/07/2017 - RECESSO ESCOLAR

D	S	T	Q	Q	S	S
						01
02	03	04	05	06	07	➤ 08
09	❖ 10	11	12	13	14	☐ 15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	❖ 31					

### JULHO - 16 DIAS LETIVOS

- 26/06 a 09/07/2017 - RECESSO ESCOLAR
- ❖ Retorno do recesso escolar.
- ☐ 15 - Atividade de Extrarregência
- ❖ Término do bimestre

## 3º Bimestre - De 01/08 a 07/10/2017 - 48 dias letivos

D	S	T	Q	Q	S	S
		❖ 01	02	03	04	☐ 05
06	07	08	09	10	☐ 11	12
13	14	15	16	17	18	☐ 19
20	21	☐ 22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

AGOSTO - 23 DIAS LETIVOS
❖ 01/08/2017 - Início do 3º bimestre ☐ 11/08/2017 - Dia do estudante (data comemorativa) ☐ 05/08/2017 - Atividade de extrarregência. ☐ 19/08/2017 - Dia do supervisor (data festiva) ☐ 26/08/2017 - Formação continuada na Escola/UEI

D	S	T	Q	Q	S	S
					01	☐ 02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	☐ 16
17	18	19	20	21	❖ 22	23
24	25	26	27	28	❖ 29	30

SETEMBRO - 20 DIAS LETIVOS (3º BM)
☐ 07/09/2017 - Independência do Brasil ☐ 02/09/2017 - Atividade de extrarregência ☐ 16/09/2017 - Atividade Formação Continuada na Escola/UEI ☐ 30/09/2017 - Libertação dos escravos em Mossoró

D	S	T	Q	Q	S	S
01	02	03	04	05	06	❖ 07

OUTUBRO - 05 DIAS LETIVOS
☐ 03/10/2017 - Mártires de Cunhaú e Uruçu ❖ 07/10/2017 - Dia letivo/encerramento do bimestre



## 4º Bimestre - De 09/10 a 20/12/2017 - 49 dias letivos

D	S	T	Q	Q	S	S
08	❖ 09	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

OUTUBRO - 16 DIAS LETIVOS	
❖ 09/10/2017	- Início do bimestre
<input type="checkbox"/> 12/10/2017	- Nossa Senhora Aparecida (Padroeira Brasil)/ Dia da Criança
15	- Dia do Professor
<input type="checkbox"/> 21/10/2017	- Atividade de Formação Continuada na Escola/UEI
<input type="checkbox"/> 28/10/2017	- Funcionário Público

D	S	T	Q	Q	S	S
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	<input type="checkbox"/> 11
12	<input type="checkbox"/> 13	14	15	16	17	18
19	<input type="checkbox"/> 20	21	22	23	24	<input type="checkbox"/> 25
26	27	28	29	30		

NOVEMBRO - 20 DIAS LETIVOS	
<input type="checkbox"/> 02/11/2017	- Finados
<input type="checkbox"/> 11/11/2017	- Atividade de extrarregência
12/11/2017	- Dia do Gestor Escolar
<input type="checkbox"/> 13/11/2017	- Dia Nacional da família na escola
<input type="checkbox"/> 15/11/2017	- Proclamação da República
20/11/2017	- Dia da Consciência Negra
<input type="checkbox"/> 25/11/2017	- Formação Continuada na Escola/UEI

D	S	T	Q	Q	S	S
					01	02
03	04	05	06	07	08	<input type="checkbox"/> 09
10	11	12	13	14	❖ 15	16
17	18	19	❖ 20	21	22	23
24/31	25	26	27	28	29	30

DEZEMBRO - 13 DIAS LETIVOS	
<input type="checkbox"/> 09	- Atividade de Extrarregência
<input type="checkbox"/> 13/12/2017	- Santa Luzia (Padroeira de Mossoró)
❖ 20/12/2017	- TERMINO DO 4º BIMESTRE
❖ 21/12/2017	- Resultado Parcial
<input type="checkbox"/> 22 a 26/12/2017	- Provas Especiais
<input type="checkbox"/> 25/12/2017	- NATAL
<input type="checkbox"/> 27/12/2017	- Resultado Final/Encerramento das atividades 2017
<input type="checkbox"/> 28 e 29/12/2017	- Entrega dos resultados à Secretaria

## **PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

### **1. ABERTURA DO ANO LETIVO/2017**

Data: 06 a 08/02/2017

Público alvo: Educadores da Rede Municipal de Ensino.

### **2. 8ª EDIÇÃO DO PROJETO “UM OLHAR E UMA ESCUTA A VOCÊ, EDUCADOR”**

Período: março de 2017

Público alvo: Educadores da Rede Municipal de Ensino.

### **3. FORMAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC**

Público alvo: Educadores da Rede Municipal de Ensino.

### **3. JOGOS ESCOLARES DE MOSSORÓ – JEM’S**

Local: Ginásio Poliesportivo Engenheiro Dr. Pedro Ciarlini

Público alvo: Alunos da Rede Municipal de Ensino.

### **4. FEIRA DO LIVRO DE MOSSORÓ – XII EDIÇÃO**

Período: Agosto de 2017

**5. ARTE E MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - AMEI - EDIÇÃO 2017**

Período: Outubro de 2017

Local: Teatro Municipal Dix-huit Rosado

**6. PRÊMIO ESCOLA DE QUALIDADE - VIII Edição - PREMIAÇÃO**

Período: Novembro de 2017

**7. MOSTRA DE PROJETOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS - XIV EDIÇÃO**

Período: Novembro de 2017

Participação das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino

Nº	ESCOLAS - ZONA URBANA	ENDEREÇO	FONE
01	COLÉGIO EVANGÉLICO LEÔNCIO JOSÉ DE SANTANA	RUA MARIA FERREIRA DE AZEVEDO, 24 - CENTRO	3315-4884
02	ESCOLA MUNICIPAL ALCIDES MANOEL DE MEDEIROS	RUA GENERAL CHARLLES DE GAULLE, S/N - CONJ. REDENÇÃO	3315-5148 / 3318-6472
03	ESCOLA MUNICIPAL ANDRÉ LUIZ	RUA OLIVACY R. DE FREITAS, 08 - AEROPORTO	3315-5089
04	ESCOLA MUNICIPAL DEP. MARIA DO CÉU PEREIRA FERNANDES	RUA ROSA DÁLIA, S/N - PARQUE DAS ROSAS	3315-4780 / 3312-6205
05	ESCOLA MUNICIPAL DINARTE MARIZ	RUA DR. PEDRO CIARLINE - 856 - ALTO SÃO MANOEL	3315-5114/3316-2936
06	ESCOLA MUNICIPAL DOLORES DO CARMO REBOUÇAS	RUA CANDIDO CLEMENTINO BARROS, S/N - AEROPORTO II	3315-5100
07	ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS BATISTA	RUA EUFRASIO DE OLIVEIRA, S/N - ALTO DA CONCEIÇÃO	3315-5087 / 3316-2165
08	ESCOLA MUNICIPAL HELOISA LEÃO DE MOURA	RUA ANTONIO GERALDO DE MEDEIROS, S/N - BOM JESUS	3315-5121 / 3312-3608
09	ESCOLA MUNICIPAL IZABEL FERNANDES	RUA PROJETADA, OURO NEGRO	3315-1335 / 3316-1754
10	ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM FELÍCIO DE MOURA	RUA JUVENAL LAMARTINE, S/N - BOM JARDIM	3315-5107
11	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BENJAMIN	RUA BODOCA, 211 - INOCOOP SÃO MANOEL	3315-5086 / 3316-2925
12	ESCOLA MUNICIPAL MARINEIDE PEREIRA DA CUNHA	RUA HENRIQUE MACIEL DE LIMA, 2050 - SANTA DELMIRA I	3315-4827
13	ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR MOTA	RUA MONSENHOR GURGEL, S/N - ABOLIÇÃO I	3315-4860 / 3316-4311
14	ESCOLA MUNICIPAL NONO ROSADO	ALAMEDA DAS IMBURANAS, S/N - CONJ. ULRICK GRAFF	3315-5132 / 3312-3605
15	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	RUA FRANCISCO PIO DA COSTA, 76 - BELO HORIZONTE	3315-5092
16	ESCOLA MUNICIPAL PAULO CAVALCANTIE DE MOURA	AVENIDA CELINA VIANA, S/N - ALTO SUMARÉ	3315-5127
17	ESCOLA MUNICIPAL PROF. ALEXANDRE LINHARES	RUA RAIMUNDO AGENOR F. DA MOTA, S/N - BOM PASTOR	3315-4765
18	ESCOLA MUNICIPAL PROF. ANTONIO AMORIM	RUA FRANCISCO HERONILDES DA SILVA, S/N - NOVA BETANIA	3315-4998 / 3314-7395
19	ESCOLA MUNICIPAL PROF. ANTÔNIO DA GRAÇA MACHADO	AVENIDA ALBERTO MARANHÃO, S/N - BARROCAS	3315-4767
20	ESCOLA MUNICIPAL PROF. ANTÔNIO FAGUNDES	RUA JOÃO ALMINO DE SOUZA, S/N - IPASE / AEROPORTO	3315-5091 / 3316-2912
21	ESCOLA MUNICIPAL PROF. ANTÔNIO SOARES DE AQUINO	RUA VANZEIR ROQUE, S/N - CONJ. GERALDO MELO	3315-5129
22	ESCOLA MUNICIPAL PROF. FRANCISCO MORAIS FILHO	AVENIDA ALBERTO MARANHÃO, 3866 - BOM JARDIM	3315-5096
23	ESCOLA MUNICIPAL PROF. MANOEL ASSIS	RUA PRINCESA ISABEL, S/N - BOA VISTA	3315-4858
24	ESCOLA MUNICIPAL PROFª CELINA GUIMARÃES VIANA	RUA TIBÉRIO BURLAMAQUI, S/N - BARROCAS	3315-5097
25	ESCOLA MUNICIPAL PROFª. DOLORES FREIRE DE ANDRADE	RUA ANTONIO VIEIRA DE SÁ, S/N - ABOLIÇÃO III	3315-5143
26	ESCOLA MUNICIPAL PROFª. MARIA ELZA SENA	AVENIDA ERUNDINA C. DANTAS, 161 - D. JAIME CÂMARA	3315-5083 / 3312-3607
27	ESCOLA MUNICIPAL Prof.ª. NINÁ R. DE MACEDO REBOUÇAS	AVENIDA PRESIDENTECOSTA E SILVA - S/N - ABOLIÇÃO IV	
28	ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDA NOGUEIRA DO COUTO	RUA NICÁCIA COSTA ARAÚJO, S/N - SANTO ANTÔNIO	3315-5112 / 3314-2650
29	ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO FERNANDES	RUA 06 DE JANEIRO, S/N - SANTO ANTÔNIO	3315-5093 / 3316-2926
30	ESCOLA MUNICIPAL RONALD PINHEIRO NÉO JÚNIOR	RUA GUILHERME RICARDO LIMA, 770 - LIBERDADE I	3315-5120 / 3312-3522
31	ESCOLA MUNICIPAL ROTARY	RUA JEREMIAS DA ROCHA, S/N - SANTO ANTÔNIO	3315-5224 / 3316-2930
32	ESCOLA MUNICIPAL SENADOR DUARTE FILHO	RUA ALEIXO PRATES E SILVA, S/N - WALFREDO GURGEL	3315-5122 / 3312-3484



Nº	ESCOLAS - ZONA RURAL	ENDEREÇO	TELEFONE
01	ESCOLA MUNICIPAL DEUSETTE CECÍLIO DE ARAÚJO	COMUNIDADE MULUNGUZINHO - 42 Km	
02	ESCOLA MUNICIPAL DR. JOSÉ GONÇALVES	COMUNIDADE SÃO JOÃO DA VÁRZEA - 16 Km	
03	ESCOLA MUNICIPAL EVILÁSIO LEÃO DE MOURA	COMUNIDADE HIPÓLITO - 34 Km	
04	ESCOLA MUNICIPAL GENILDO MIRANDA	COMUNIDADE LAGEDO - 27 Km	3318-2224/4109-0900
06	ESCOLA MUNICIPAL PROF. MAURICIO DE OLIVEIRA	COMUNIDADE MAISA - 40 Km	
07	ESCOLA MUNICIPAL RICARDO VIEIRA DO COUTO	COMUNIDADE JUCURI - 18 Km	
08	ESCOLA MUNICIPAL SINDICALISTA ANTÔNIO INACIO	COMUNIDADE BARRINHA - 11 Km	
09	ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ BERNARDO	COMUNIDADE PASSAGEM DE PEDRAS - 17 Km	
10	N.M.E.R. CORNÉLIO BARBALHO DE CARVALHO	COMUNIDADE RIACHO GRANDE - 16 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO FRANÇA MATEUS	COMUNIDADE SERRA MOSSORÓ - 20 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL MANOEL DUNGA DA ROCHA	COMUNIDADE RANCHO DA CAÇA - 18 Km	
11	N.M.E.R. ELIAS SALEM	COMUNIDADE ALAGOINHA - 22 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO MENDONÇA	COMUNIDADE COQUEIRO - 31 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL LUIZ LOURIVAL DE GOIS	COMUNIDADE ARISCO - 30 Km	
12	N.M.E.R. FRANCISCO BEZERRA DE MARIA	COMUNIDADE LORENA - 29 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL BENTO JOSÉ DE FREITAS	COMUNIDADE CAMURUPIM - 16 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL CHAFARIZ	CHAFARIZ I - 34 Km	
13	N.M.E.R. FRANCISCO FERREIRA SOUTO	COMUNIDADE FAVELA - 36 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO GALDINO	COMUNIDADE CORDÃO DE SOMBRA - 30 Km	
14	N.M.E.R. JERÔNIMO ROSADO	COMUNIDADE PIQUIRI I - 25 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS NOGUEIRA	COMUNIDADE SUSSUARANA - 15 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL LUIZA DE ALMEIDA GOMES	COMUNIDADE MELANCIAS - 14 Km	
15	N.M.E.R. NECI CAMPOS	COMUNIDADE JUREMA - 18 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO FRANÇA	COMUNIDADE CÔRREGO MOSSORÓ - 50 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROMÃO	COMUNIDADE PAU BRANCO - 44 Km	
16	N.M.E.R. VEREADOR JOÃO NICERAS DE MORAIS	COMUNIDADE PEDRA BRANCA - 11 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL ADOLFO SABINO DA SILVA	COMUNIDADE CABELO DE NEGRO - 26 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL CARMÉLIA DE ALMEIDA	COMUNIDADE BARREIRA VERMELHA - 23 Km	
	ESCOLA MUNICIPAL PEDRO FERNANDES RIBEIRO	COMUNIDADE SÃO JOSÉ - 29 Km	

Nº	UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA	ENDEREÇO	TELEFONE
01	UEI ADALGIZA FERNANDES MOREIRA - BOA VISTA	RUA AMANSO LEITE, 56 - BOA VISTA	3315-5105
02	UEI ALICE DIAS DA SILVA - VINGT ROSADO	RUA HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA, 13 - CONJ. VINGT ROSADO	3315-5104
03	UEI AMÉLIA FERREIRA DE SOUZA - ALTO SÃO MANOEL	RUA FILGUEIRA FILHO, S/N - ALTO SÃO MANOEL	3315-5130 / 3314-6624
04	UEI DULCE ESCÓSSIA NOGUEIRA	RUA SENADOR PETRÔNIO PORTELA, 1237 - ABOLIÇÃO	
05	UEI EDNA LIMA MOURA FALCÃO - BOM JARDIM II	RUA MARECHAL HERMES, SN - BOM JARDIM	3315-5033
06	UEI ELINEIDE CARVALHO CUNHA - PAPOCO	RUA MARTINS JÚNIOR, S/N - PAPOCO	3315-5123
07	UEI EVA MARIA DANTAS DA FONSECA	RUA MANOEL ALVES P. NETO, 350 - AEROPORTO	3315-5102
08	UEI FRANCISCA CLARA - ESTRADA DA RAIZ	RUA JOÃO CORDEIRO, 1480 - ESTRADA DA RAIZ	3315-5110
09	UEI IZABEL MACEDO BARRETO - BOM JARDIM I	RUA EPITÁCIO PESSOA, 516 - TÉRREO - B. JARDIM	3315-5108
10	UEI JÚLIO GALDINO NETO - AEROPORTO	RUA SEBASTIÃO SARAIVA, 42 - AEROPORTO	3315-5090 / 3316-1766
11	UEI LINDALVA DE OLIVEIRA DIAS CASTRO - BOM JARDIM III	AVENIDA ALBERTO MARANHÃO, 4602 - B. JARDIM	3315-4807
12	UEI LÚCIA MARIA NOGUEIRA MENDES - ABOLIÇÃO IV	AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, 554 - ABOLIÇÃO IV	3315-5145
13	UEI MARIA CALDAS - ALTO SUMARÉ	RUA MANOEL BATISTA NETO, 132 - SUMARÉ	3315-5128
14	UEI MARIA DA CONCEIÇÃO VIDAL - PLANALTO 13 DE MAIO	RUA WALTER WANDERLEY, S/N - LIBERDADE I	3315-5124
15	UEI MARIA DAS DORES ALMEIDA BARRETO - BARROCAS	RUA VENCESLAU BRÁS, 1279 - BOM JARDIM	3315-4888
16	UEI MARIA DO SOCORRO FERNANDES MARCELINO - O. NEGRO	AVENIDA WILSON ROSADO, S/N - OURO NEGRO	3315-5084
17	UEI MARIA DOLORES FERNANDES - BOM JESUS	AVENIDA WILSON ROSADO, S/N - BR-304 - BOM JESUS	3315-5125
18	UEI MARIA IRACEMA DE ARAÚJO CALDAS - PAREDÕES	RUA AUGUSTO DA ESCÓSSIA, 271 - PAREDÕES	3315-4885
19	UEI MARIA JÚLIA UCHOA FERNANDES - COSTA E SILVA	AVENIDA FRANCISCO MOTA, 01 - COSTA E SILVA	3315-5131
20	UEI MARIA LEITE DE LACERDA ROCHA	RUA LIRA TAVARES, 165 - SANTO ANTÔNIO	3315-5111
21	UEI MARIA NEUZA DE O. MENDONÇA - ILHA DE SANTA LUZIA	RUA RAIMUNDO R. SOBRINHO, 09 - ILHA DE SANTA LUZIA	3315-5079
22	UEI MARIA SALEM DUARTE - BELO HORIZONTE	RUA MARINHO DANTAS, 199 - BELO HORIZONTE	3315-5113
23	UEI MARIA ZÉLIA FERREIRA GUERRA - ALTO DO XERÉM	RUA PADRE AMÉRICO, 63 - ALTO DO XERÉM	3315-5094
24	UEI MÁRIO NEGÓCIO - ABOLIÇÃO I	RUA JOSÉ DAMIÃO, S/N - ABOLIÇÃO I	3315-4886
25	UEI MENINO JESUS DE PRAGA - CARNAUBAL	RUA JOÃO PAULO II, 92 - CARNAUBAL	3315-5095
26	UEI NOEME BORGES DE ANDRADE - DOM JAIME	RUA RAFAEL MOSSOROENSE DA GLÓRIA, S/N - LIBERDADE I	3315-5134
27	UEI PARQUE DAS ROSAS	RUA ERNANI JOAQUIM DE ARAÚJO, S/N - SANTA DELMIRA	3315-5144
28	UEI QUIXABEIRINHA I I	RUA JOSÉ MATERNO REBOUÇAS, 08 - AEROPORTO II	3315-5103
29	UEI RITA MARIA DA MOTA. - CONJUNTO WILSON ROSADO	RUA CELSON RÉGO, S/N - CONJ. WILSON ROSADO	3315-5150
30	UEI ROSA MARIA PINTO DA NÓBREGA	RUA RAUL CALDAS, 10 - SANTO ANTÔNIO	3315-4779 / 3314-3182
31	UEI ROSALBA MONTEIRO CIARLINI - REDENÇÃO I	RUA HUMBERTO MONTE, 350 - REDENÇÃO I	3315-5150
32	UEI ROSANIRA DE MIRANDA MOTA - INTEGRAÇÃO	AVENIDA DA INTEGRAÇÃO, 500 - SANTA DELMIRA I	3315-5151
33	UEI SANTA TERESINHA	RUA EUFRÁSIO DE OLIVEIRA, 56A - BELO HORIZONTE II	3315-5088
34	UEI TERESA FERNANDES DE SOUZA NÉO - SANTO ANTÔNIO	RUA TABELIÃO AOEM MENESCAL, S/N - SANTO ANTONIO	3315-5109
35	UEI TEREZINHA FERNANDES DE SOUZA	RUA RAIMUNDO UCHOA, 115 - DOM JAIME	
36	UEI ZEZINHA GURGEL RODRIGUES - ESTRADA DA RAIZ	RUA ADELINO N. PEREIRA, 02 - CONJUNTO INDEPENDENCIA II	3315-5032
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA RURAL		ENDEREÇO	TELEFONE
37	UEI ALVORECER	COMUNIDADE DE BARRINHA	3324-2213/8865-6170
38	UEI TIA ALDANISA	VILA ANGELO CALMON DE SÁ - MAISA	3324-2213

Nº	OUTROS EQUIPAMENTOS	ENDEREÇO	TELEFONE
01	CADV - CENTRO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL	PRAÇA DOM JOÃO COSTA, S/N - SANTO ANTONIO	3315-5141
02	INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO PROFª. TEREZINHA FERNANDES	AVENIDA RIO BRANCO S/N, SANTO ANTONIO	3315-2088
03	NTM - NÚCLEO DE TECNOLOGIA DE MOSSORÓ	AV. ALBERTO MARANHÃO – CENTRO (Escola de Artes)	3315-4961
04	PORTAL DO SABER VEREADOR VINGT ROSADO NETO	RUA JOSÉ DAMIÃO, S/N, ABOLIÇÃO I	3315-4774
05	GINÁSIO DE ESPORTE ENGº PEDRO CIARLINI	AV. DIX-NEUF ROSADO , S/N - CENTRO	3315-5014/3315-5226

## HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

### ➤ UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - UEIs

- **TURNO MATUTINO** - 07h às 11h
- **TURNO VESPERTINO** -13h às 17h

### ➤ UNIDADES EDUCACIONAIS

- **TURNO MATUTINO** - 07h às 11h20min
- **TURNO VESPERTINO** -13h às 17h20min
- **TURNO NOTURNO** - 18h30min às 22h

- **OBS.:** O turno **noturno** atende a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 5.020, DE 21 de dezembro de 2016**

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mossoró, no uso das atribuições que lhe confere o art. 78, IX, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista tendo em vista as disposições contidas no artigo 49, § 2º, da Lei 2.772, de 03 de novembro de 2011; no art. 4º, II, e art. 8º, §4º, da Lei n. 2.815 de 02 de janeiro de 2012; no art. 2, do Decreto nº3.902 de 10 de janeiro de 2012, e tendo em vista o constante do(s) processo(s) nº(s) 4/2016-PREVI .

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões, reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Resistência, Mossoró/RN, 21 de dezembro de 2016

Francisco José Lima da Silveira Junior  
Prefeito





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Unidade Orçamentária	Ação Natureza	Fonte	Região	Valor
<b>Anexo I (Acréscimo)</b>				<b>4.000.000,00</b>
24.201	PREVI-MOSSORÓ			4.000.000,00
	2303	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		4.000.000,00
	3.1.90.01	APOSENTADORIA E REFORMAS	200 0001	4.000.000,00
<b>Anexo II (Redução)</b>				<b>4.000.000,00</b>
24.201	PREVI-MOSSORÓ			4.000.000,00
	2399	RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS		4.000.000,00
	9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200 0001	4.000.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MOSSORÓ**  
WWW.PREFEITURADEMOSSORO.COM.BR

## EXPEDIENTE

JORNAL OFICIAL DE MOSSORÓ É UMA PUBLICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ,  
INSTITUÍDO PELA LEI Nº 2.378/2007, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

FRANCISCO JOSÉ LIMA SILVEIRA JÚNIOR  
PREFEITO

LUIZ CARLOS DE MENDONÇA MARTINS  
VICE-PREFEITO

COMISSÃO DO JORNAL OFICIAL DE MOSSORÓ

DIRETOR-GERAL  
LUZARIA FIRMINO MACHADO BEZERRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ALYANNE AMALY LOPES ALVES DE FREITAS  
GERENTE EXECUTIVO

CACTUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA  
DIAGRAMAÇÃO

**ENDEREÇO:**

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA—AVENIDA ALBERTO MARANHÃO, 1751— CENTRO — CEP: 59600-005— FONE: (84)3315.4929  
EMAIL: JOM@PREFEITURADEMOSSORO.COM.BR